

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LAUREN COLLOVINI

**LITERATURA INFANTIL E PNEEs:**  
o caso de crianças com limitação visual

Porto Alegre  
2011

LAUREN COLLOVINI

**LITERATURA INFANTIL E PNEEs:**  
o caso de crianças com limitação visual

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helen Beatriz Frota Rozados

Porto Alegre  
2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Neto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretor: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vice-Diretor: Prof<sup>a</sup>. Dra. Regina Helena Van der Laan

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituto: Sônia Elisa Caregnato

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Gloria Isabel Sattamini Ferreira

Vice-Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Samile Andréa de Souza Vanz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C714l Collovini, Lauren

Literatura infantil e PNEEs: o caso de crianças com limitação visual /  
Lauren Collovini – 2011.

71 f.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul / Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação / Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2011.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helen Beatriz Frota Rozados.

1. PNEE (Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais). 2.  
Limitação visual. 3. Literatura infantil. 4. Incentivo à leitura. I. Rozados,  
Helen Beatriz Frota. II. Título.

CDU 376.32:82-93

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Rua Ramiro Barcelos, n. 2705 – Bairro Santana  
CEP 90035-007 – Porto Alegre – RS  
Fone: (51) 3308-5067  
Fax: (51) 3308-5435  
E-mail: fabico@ufrgs.br

LAUREN COLLOVINI

**LITERATURA INFANTIL E PNEEs:**  
o caso de crianças com limitação visual

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Examinada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Helen Beatriz Frota Rozados

---

Profª. Mª. Eliane Lourdes da Silva Moro

---

Bibliotecária Alvanir Maria Rhoden CRB-10/1764

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo precioso dom da vida.

Aos meus pais, João Luiz Collovini e Eva Eracema Ourique, por todo amor e dedicação incondicionais que me proporcionaram. Com eles aprendi que não há barreira que não possa ser vencida quando acreditamos em nossos sonhos.

Ao meu irmão, Lucas Collovini, por mostrar que, muitas vezes, as diferenças transformam-se em semelhanças.

À minha tia e madrinha Neila Collovini, a grande responsável por fazer do gosto pela leitura meu caminho profissional. Obrigada por todo carinho, aconchego, compreensão e amor.

À minha prima Maria Regina Gilli Collovini, por aceitar ser a minha Mana e me presentear com a risonha Júlia. Obrigada pelo carinho.

À Sueli Quantd e Luiz Antônio Pizzio, os quais me ensinaram que família são as pessoas que escolhemos para fazer parte dela. Obrigada Tia Su e Dindo Toninho.

Aos amigos e amigas, os quais foram fundamentais durante a minha formação, estando presentes nos momentos de angústia e nas comemorações de cada pequena conquista.

À Camila Silveira, amiga dos melhores tempos de colégio, que me deu um presente maravilhoso: nosso pequeno Arthur. Às queridas Michelle de Carvalho Mallmann, Danielle Santos Azevedo, Cyntia Silva Wessfill, Mariana Timmers dos Santos, Marjorie Leite Kretschmann e Aline Franceschini, muito obrigada pela preciosa amizade.

À Alva Rhoden, que me concedeu a oportunidade de trabalhar no Colégio Província de São Pedro, onde adquiri apreço especial pela biblioteca escolar. Obrigada pela confiança e amizade.

À Professora Helen Rozados, que, além de orientadora, tornou-se grande companheira dos momentos de angústia e conquistas durante o trabalho. Obrigada pelas conversas descontraídas, elogios, e principalmente, por acreditar que a realização deste trabalho era possível.

Muito obrigada.

*“Se as coisas são  
inatingíveis...ora!  
Não é motivo para não querê-  
las...  
Que tristes os caminhos se  
não fora a mágica presença  
das estrelas!”*

**Mário Quintana** (poema *Das  
Utopias*)

## RESUMO

Aborda como a literatura infantil é apresentada às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), com ênfase na limitação visual. Tem por objetivo principal verificar as oportunidades de incentivo à leitura e a situação atual do mercado editorial voltado às PNEEs, especificamente para crianças com limitação visual. Utiliza como referencial teórico os seguintes temas: a deficiência, apresentando os conceitos pertinentes ao estudo; PNEEs no contexto educacional; a leitura como responsável pelo desenvolvimento cognitivo e social da criança; as diferentes formas de leitura e de livros direcionados às PNEEs com limitação visual e os critérios de avaliação para livros infantis destinados às mesmas. O estudo é uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo. Utiliza, como instrumento de coleta de dados, a entrevista estruturada aplicada de forma virtual ou presencial. Os sujeitos do estudo são bibliotecas brasileiras que atendem a crianças com limitação visual. Os resultados da investigação mostram que este segmento, apesar de ainda possuir uma tímida produção no cenário nacional, está gradativamente adquirindo espaço nos eventos literários destinados ao público infantil. Conclui que as escolas, bem como as bibliotecas, devem disponibilizar meios (livros em Braille, audiolivros) que garantam acesso à leitura e à literatura infantil às crianças com limitação visual. Recomenda a realização de estudos com maior aprofundamento na área da literatura infantil aplicada às PNEEs com limitação visual.

**Palavras-chave:** PNEEs. Limitação visual. Literatura infantil. Incentivo à leitura.

## ABSTRACT

It discusses the children's literature focused on People with Special Educational Needs (PSEN), with emphasis on visual impairment. The main goal is to verify the opportunities to encourage reading and the current editorial market situation aimed at PSEN, specifically for children with visual impairment. It uses as theoretical context the following subjects: the deficiency, introducing the concepts relevant to the study; PSEN in the educational context; reading as responsible for child's cognitive and social development; the different types of reading and books aimed at PSEN with visual impairment and the evaluation criteria for children's books aimed at them. The study is an exploratory research, a qualitative one. It is used as an instrument of a data collection, structured interview applied in a virtually or in person. The study subjects are Brazilian libraries that serve children with visual impairment. The research results show that this segment, although still have a timid production on the national scene, is gradually acquiring space in literacy events aimed to children. It concludes that schools, as well as libraries, should provide means (Braille books, audio books) that ensure access to reading and children's literature to children with visual impairment. It is recommended to conduct studies in greater depth in the area of children's literacy applied to PSEN with visual impairment.

**Keywords:** PSEN. Visual impairment. Children's literature. Encouraging reading.



## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1** – Objetivos e questões da entrevista

44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1 JUSTIFICATIVA .....	13
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA.....	13
1.3 OBJETIVOS .....	13
<b>1.3.1 Objetivo geral</b> .....	14
<b>1.3.2 Objetivos específicos</b> .....	14
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA</b> .....	15
2.1 DEFICIÊNCIA: desmistificando conceitos .....	15
2.2 PNEEs NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	18
2.3 LEITURA: a viagem da razão à emoção .....	21
<b>2.3.1 Leitura sensorial</b> .....	22
<b>2.3.2 Leitura emocional</b> .....	23
<b>2.3.3 Leitura racional</b> .....	23
<b>2.3.4 Incentivo à leitura</b> .....	24
2.4 BIBLIOTERAPIA .....	26
2.5 O IMAGINÁRIO INFANTIL .....	29
2.6 LITERATURA INFANTIL: breve histórico e contextualização .....	31
2.7 PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA PNEE.....	35
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	41
3.1 TIPO DE ESTUDO .....	41
3.2 SUJEITOS DO ESTUDO.....	42
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	43
3.4 ESTUDO-PILOTO .....	46
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	46
3.6 TRATAMENTO DOS DADOS .....	46
3.7 LIMITES DO ESTUDO .....	47
<b>4 ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS</b> .....	48
4.1 INCENTIVO À LEITURA .....	48
4.2 INICIATIVAS PÚBLICAS.....	52
4.3 PRODUÇÃO EDITORIAL.....	55

4.4 PROGRAMAÇÃO CULTURAL.....	56
<b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE A – Entrevista.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Durante décadas, as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs) ficaram à margem do sistema educacional convencional, principalmente pela falta de preparo dos profissionais que atendem estas áreas. Atualmente, os mesmos são amparados por leis que garantem o direito ao acesso à educação. Todavia, ainda existem barreiras a serem quebradas, tanto dentro quanto fora do ambiente educacional. Como se verá no decorrer do trabalho, os preconceitos a respeito das PNEEs ainda fazem parte da comunidade escolar.

É de conhecimento comum que a leitura é uma das primeiras descobertas do indivíduo, bem como um de seus primeiros prazeres. O incentivo, por parte de pais e educadores, é fundamental para que a leitura faça parte do mundo da criança. Além de ser uma atividade lúdica, a leitura também se destaca pelo seu caráter terapêutico, chamada, então, de biblioterapia.

Atualmente, com a valorização do universo infantil no comércio em geral, percebe-se que o comércio editorial segue esta tendência, o que pode ser constatado pelos grandes eventos literários, nos quais existe uma preocupação editorial crescente e significativa em relação à produção de uma literatura específica, que contemple este segmento da sociedade. Entretanto, como qualquer outro tipo de literatura, a quantidade supera a qualidade. Também é possível perceber que esta se volta a públicos que se poderia entender como 'normais', ou seja, que não detém algum tipo de limitação. Por outro lado, qualquer levantamento de literatura no segmento infantil permite observar que o tipo de literatura destinada ao público com algum tipo de deficiência não só está disponível em pequena quantidade de títulos, como ainda possui pouca visibilidade. Isto pode ser observado mais facilmente no caso de literatura voltada a crianças que possuem limitação visual. Por serem detentores de um alfabeto próprio, torna-se necessário uma literatura devidamente adaptada a esse público. No entanto, mesmo este segmento, mais comum e de certa forma mais difundido entre PNEEs, tem pouco acesso a publicações no seu alfabeto, por falta de ofertas editoriais.

No seu papel de educador, o bibliotecário tem a responsabilidade de garantir a inclusão destes usuários na unidade de informação/biblioteca. Este processo inicia-se, portanto, conhecendo-se suas necessidades informacionais e buscando supri-las. Desta forma, o presente trabalho aborda a questão da literatura infantil direcionada à PNEEs, com ênfase em portadores de deficiência visual, observando como ela é disponibilizada e divulgada para esse público específico.

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Justifica-se o desenvolvimento de um estudo como este, primeiramente pelo interesse da aluna na área da Educação com ênfase em PNEEs. Em segundo lugar, pela importância de se trazer à tona um problema que afeta uma comunidade expressiva, constituída pelas PNEEs, em especial os que possuem limitação visual. Também se entende que este trabalho irá permitir um maior conhecimento sobre as necessidades informacionais, por um lado, e as competências advindas e desenvolvidas por esses usuários, por outro, tendo em vista o número deficitário de pesquisas encontradas nessa área, mostrado pelo levantamento prévio realizado para a pesquisa em questão.

Espera-se que um estudo deste tipo possa, portanto, contribuir para que as necessidades de leitura das PNEEs, particularmente portadores de deficiência visual, sejam devidamente atendidas.

### 1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Como questão de pesquisa deste estudo propõe-se: A produção literária infantil, destinada às PNEEs com limitação visual, é divulgada e transmitida de maneira satisfatória?

### 1.3 OBJETIVOS

São objetivos deste estudo, os a seguir listados.

### **1.3.1 Objetivo geral**

Verificar as oportunidades de incentivo à leitura e a situação atual do mercado editorial voltado às PNEEs, especificamente crianças com limitação visual.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

São objetivos específicos deste estudo:

- a) levantar bibliografia específica sobre PNEEs, com foco em deficientes visuais, bem como aspectos relativos ao incentivo à leitura e à literatura infantil, para compor a contextualização teórica;
- b) verificar o crescimento do mercado editorial infantil para deficientes visuais;
- c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças com limitação visual;
- d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
- e) identificar quais editoras publicam livros e que coleções estão disponíveis para o público infantil com limitação visual.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico procurou analisar os seguintes assuntos: deficiência, distinguindo preconceitos do conceito propriamente dito; PNEEs; leitura; biblioterapia; imaginário infantil; inserção do universo infantil nos grandes eventos literários; editoração de livros infantis para deficientes visuais; e literatura infantil especializada para PNEEs.

### 2.1 DEFICIÊNCIA: desmistificando conceitos

O termo deficiência, comumente utilizado para descrever somente incapacidades físicas, ainda é um conceito em discussão nas diversas áreas em que se apresenta. Para ampliar a abrangência do conceito de deficiência, algumas definições de áreas distintas fazem-se relevantes.

A *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps* (ICIDH) define deficiência como a “[...] exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.” (INTERNATIONAL ..., 1976, documento eletrônico). Esta definição médica atribui à deficiência um caráter de fácil percepção externa, característico da deficiência física. Por outro lado, de acordo com o Decreto Nº 3.298/89, que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1989), deficiência é “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.” O referido documento divide os tipos de deficiência em quatro grandes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência mental.

Por deficiência física, tomando-se por base o Decreto nº 5.296/04 (BRASIL, 2004), que estabelece critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, entende-se “[...] a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...]”. O deficiente auditivo é caracterizado por possuir algum distúrbio de

audição, o qual impeça o processamento de informações linguísticas através do aparelho auditivo (AMIRALIAN, 1986).

A deficiência mental, por sua vez, é definida pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD) como “Estado de redução notável do funcionamento intelectual significativamente inferior à média.” (ASSOCIAÇÃO ..., 2010, documento eletrônico, tradução nossa).

A deficiência visual “[...] refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias [...]” (NÚCLEO ..., 200?, documento eletrônico). Barraga (1983<sup>1</sup>, *apud* NOLLA, 1992, p. 28, tradução nossa) divide os portadores de deficiência visual nas seguintes categorias:

a) Cegos: que possuem somente a percepção de luz, sem projeção da mesma, ou aqueles que carecem totalmente de visão.

b) Cegos parciais: que possuem possibilidades visuais maiores, como capacidade de percepção de luz, contornos e nuances de cor.

Atualmente, a terminologia *limitação visual* também está sendo utilizada para designar pessoas que se encontram neste estado. Entretanto, a literatura específica sobre o assunto ainda emprega o termo deficiência visual. Diante deste fato, foi realizada uma busca para saber se existem estudos que conceituem limitação visual e se constatou que o termo ainda não é amplamente explorado em documentos oficiais e/ou governamentais, mas vem sendo, gradativamente, adotado em outros tipos de documento, como artigos acadêmicos e científicos.

Por este motivo, o trabalho utilizará os dois termos, indiscriminadamente, para denominar o público alvo da pesquisa. Estabel, Moro e Santarosa (2006, p. 95), trazem alguns dados internacionais relevantes ao estudo.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), existem aproximadamente 40 milhões de pessoas com necessidades especiais com limitação visual no mundo, das quais 75% são provenientes de regiões de baixo poder socioeconômico. No Brasil, a

---

<sup>1</sup> BARRAGA, N. Programa para desarrollar eficiencia en el funcionamiento visual. In: INTERNATIONAL COUNCIL FOR EDUCATION OF THE VISUALLY HANDICAPPED. Región Latinoamericana. Córdoba: Argentina, 1983. *Apud* NOLLA, 1992.



incidência de PNEEs com limitação visual está na faixa de 1,0% a 1,5% da população, sendo de uma entre 3 mil crianças com cegueira, e de uma entre 500 crianças com baixa visão. A proporção é de 80% de pessoas com baixa visão e de 20% totalmente cegas.

No âmbito educacional, de um modo geral, a deficiência é vista como um conjunto de fatores que impedem, ou podem impedir, o progresso de aprendizagem do aluno. Para Omote (1994, p. 67):

A deficiência não pode ser vista como uma qualidade presente no organismo da pessoa ou no seu comportamento. Em vez de circunscrever a deficiência nos limites corporais da pessoa deficiente, é necessário incluir as reações de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenômeno, pois são essas reações que, em última instância, define alguém como deficiente ou não-deficiente.

Historicamente, as minorias vêm sofrendo os mais variados preconceitos, de diversos ramos da sociedade, os quais, em sua maioria, começam no início da fase escolar. As escolas, a priori, devem ser o primeiro local de aceitação e convivência com as diferenças. Infelizmente, nem todas as instituições estão preparadas para essa realidade, pois ela implica mudanças. A respeito da responsabilidade das escolas para com os diferentes grupos de indivíduos, Kobrick (1972<sup>2</sup>, *apud* SCHWARTZ, 1975, p. 94, tradução nossa) destaca:

Uma razão porque as escolas têm falhado na sua responsabilidade para com essas crianças é que oferecem apenas um currículo, uma única maneira de fazer as coisas, planejam atender as necessidades de apenas um grupo de crianças. Se a criança não se ajusta ao modelo, tanto pior [para ela]. Esta é a criança que é diferente, portanto deficiente; é a criança que deve mudar para atender às necessidades da escola.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegura “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades [das PNEEs].” (BRASIL, 1996). Blanco e Duk (1992<sup>3</sup>, *apud* CARDOSO, 2002, p. 7) ressaltam que “[...] educar alunos(as) portadores de deficiência [...] é um trabalho complexo que

---

<sup>2</sup> KOBRIK, J.W. The compelling case for bilingual education. *Saturday Review*, v. 29, p. 54-58, abr. 1972. *Apud* SCHWARTZ, 1975.

<sup>3</sup> BLANCO, Rosa; DUK, Cynthia. **Adaptaciones curriculares y alumnos con necesidades educativas especiales**. Madrid: Misnisterio de Educación y Ciencia, 1992. *Apud* CARDOSO, 2002.

requer constantes pesquisas sobre a natureza das necessidades educacionais que eles apresentam, em consequência de suas deficiências.” Estas necessidades educacionais serão discutidas em item posterior.

## 2.2 PNEEs NO CONTEXTO EDUCACIONAL

O termo PNEEs já possuiu diversas definições, quase todas de cunho negativo, considerando necessidades educacionais especiais apenas como uma deficiência que inutiliza o indivíduo. Hoje, felizmente, as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais são vistas pela comunidade educacional como pessoas que possuem limitações, mas com plenas capacidades de aprendizado.

Para Marchesi e Martin (1993<sup>4</sup>, *apud* PASSERINO, 2003, p. 2), PNEEs são pessoas “[...] que apresentam algum problema de aprendizagem ao longo da sua escolarização e que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de suas idades.” A modernização do ambiente escolar, com tecnologias sendo usadas como auxiliares na educação, fez com que as limitações deixassem de ser pretexto para o não-aprendizado do aluno que possui algum tipo de necessidade educacional especial. O contexto das PNEEs também é um fator importante. Ainda se vive em uma sociedade na qual a segregação, seja ela racial ou social, está viva. Faz-se relevante este comentário, pois para que as PNEEs façam parte da inclusão social, novas políticas de integração devem ser instituídas. Segundo Cardoso (2002, p. 5), “[...] o tratamento de pessoas com necessidades especiais tem transitado desde o abandono, passando pela segregação, até a integração mediante sua incorporação aos sistemas educativos regulares.” Nas últimas décadas, muitos movimentos educacionais lutaram para que esse quadro mudasse. Referindo-se às dificuldades

---

<sup>4</sup>MARCHESE, A., MARTIN, L. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESE, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v.3, p. 7-23. *Apud* PASSERINO, 2003.

educacionais das PNEEs, Carneiro (1997<sup>5</sup>, *apud* CARDOSO, 2002, p. 11) afirma:

Não se trata, evidentemente, de negar as limitações, sejam elas físicas, sensoriais, neurológicas ou mentais, mas se trata de lidar com o indivíduo que se relaciona e expressa o movimento da sociedade em que vive. Trata-se de considerar sempre que os homens são todos sujeitos históricos.

Com o advento dos novos conceitos de relação entre pais e filhos, professores e alunos, as últimas décadas transformaram o ambiente escolar em palco de comportamentos preconceituosos. Estes preconceitos são dos mais diversos tipos e afetam a diferentes pessoas, não apenas aquelas com deficiências, como visão ou locomoção, mas outras, vistas ou entendidas como fora dos padrões normais ou que se enquadram dentro de determinados preconceitos. Estes preconceitos ou comportamentos preconceituosos geram atitudes conhecidas hoje como *bullying*. Olweus (1993, p. 9, tradução nossa) define *bullying* como: “O estudante é intimidado ou vitimizado quando ele ou ela é exposto(a), repetidamente, a ações negativas pela parte de um ou mais estudantes.” Geralmente as atitudes negativas dos escolares são trazidas do ambiente familiar, no qual são apreendidos rótulos pré-estabelecidos pela sociedade. Sobre esta prática, Amiralian (1986, p. 42) observa que “[...] o grande problema da rotulagem é a generalização excessiva. Em decorrência disto, os indivíduos perdem a sua identidade pessoal, e só são reconhecidos pelo rótulo verbal que lhes foi imputado.”

O *bullying*, apesar de não ser um assunto recente, começou a ter repercussões mais recentemente, especialmente a partir do momento em que passa a ser publicamente debatido pela mídia, através de sua inserção, por exemplo, em programas televisivos de grande audiência, como as telenovelas. A esse processo de inserção de problemáticas sociais na mídia impressa ou eletrônica dá-se o nome de Agenda Setting, o qual se constitui em “[...] um efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre os temas que o público falará e discutirá.” (BRUM, 2003, documento eletrônico). Pela Agenda Setting, assuntos polêmicos ou de cunho

---

<sup>5</sup> CARNEIRO, Maria Sylvania Cardoso. A integração de alunos considerados especiais nas redes públicas de ensino – um olhar Vygotskyano. In: ABRAMOVICZ, Anete et al. **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. *Apud* CARDOSO, 2002.

preconceituoso são trazidos à discussão, dentro de um contexto de comunicação de massa. O objetivo é alertar a população para determinado problema e fazer com que esta população discuta o tema em pauta em seu dia-a-dia. Um exemplo disto, aplicado ao *bullying*, pôde ser visto na novela Caminho das Índias, transmitida pela Rede Globo em 2009, que trouxe o tema para o grande público. O caso apresentado foi de um garoto de classe média alta que praticava *bullying* contra os colegas de classe. Pelo pai ser advogado, acreditava que nunca seria punido por suas más atitudes. Este fato confere ao rapaz a sensação de poder e seus atos perversos ultrapassam o limite escolar. Zeca, como era chamado o personagem, atropela uma mulher grávida que acaba perdendo o bebê. O garoto é processado e recebe a pena de prestar serviços comunitários para uma Organização Não Governamental (ONG). Neste caso fictício, a atitude transgressora do garoto foi punida, porém, devido a diversos fatores, a maioria das vítimas de *bullying* sofre calada durante todo ou por grande período da fase escolar, sem que seja tomada qualquer atitude para conter esta transgressão.

Desta forma, o *bullying* atinge as crianças deficientes, uma vez que elas se tornam, por seus mais diversos tipos de deficiências, alvo de atitudes negativas por parte de pessoas que são consideradas 'normais'. Assim, além de terem que aprender a conviver com sua deficiência, também precisam aprender a conviver com a rejeição da qual são alvos.

No contexto da deficiência, é importante comentar a questão da excepcionalidade. Amiralian (1986, p. 12) sugere três grandes grupos de condições intelectuais para a excepcionalidade, os quais são: superdotação, infradotação e distúrbios de aprendizagem. Com relação à superdotação, o *World Council for Gifted and Talented Children* (2006<sup>6</sup>, *apud* POCINHO, 2009, p. 3) considera superdotada a pessoa que se destaca potencialmente nas seguintes habilidades: “[...] capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo ou produtivo, talento especial para as artes visuais, dramáticas e musicais, capacidade motora e capacidade de liderança.”

---

<sup>6</sup> COUNCIL OF CURRICULUM EXAMINATIONS AND ASSESSMENT. Gifted and talented children in (and out) of the classroom. 2006. Disponível em: <[http://www.nicurriculum.org.uk/docs/inclusion\\_and\\_sen/gifted/gifted\\_children\\_060306.pdf](http://www.nicurriculum.org.uk/docs/inclusion_and_sen/gifted/gifted_children_060306.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2010. *Apud* POCINHO, 2009.

Já a infradotação é definida pela Associação Americana de Deficiência Mental (AAMD) como “[...] um funcionamento intelectual geral abaixo da média que se origina durante o período de desenvolvimento (pré-natal aos 16 anos) [...].” (ASSOCIAÇÃO ..., 2010, documento eletrônico, tradução nossa). Por fim, de acordo com Amiralian (1986, p. 20) “[...] a criança com distúrbios de aprendizagem é aquela que apresenta rendimento, na aprendizagem formal, abaixo de sua capacidade de realização.”

Importante ressaltar aqui que, necessariamente, o deficiente não é um excepcional. Em qualquer dos casos de excepcionalidade levantados, a leitura pode vir a ser um componente de integração, de terapia ou de superação para deficientes e/ou excepcionais. No contexto educacional, a leitura é importante elemento de inclusão que tem a capacidade de atingir qualquer indivíduo, com ou sem deficiência. Este processo de interação do leitor com a leitura será abordado no próximo item.

### 2.3 LEITURA: a viagem da razão à emoção

Fatores culturais e de infraestrutura tornaram a Europa exemplo de incentivo à leitura. A Alemanha, país que sofreu muito financeiramente pelo pós-guerra, apostou na construção de ambientes educacionais de qualidade para a sua reconstrução. Neste sentido, tem-se o depoimento de Blattmann (2005), em seu estudo sobre as bibliotecas alemãs, destacando a biblioteca infantil da cidade de Stuttgart por seus projetos de leitura, que envolvem a comunidade nas atividades destinadas ao público infantil. Um destes projetos é a leitura em voz alta, para crianças em idade pré-escolar.

Jorge Luis Borges, um dos maiores nomes da literatura moderna, já dizia: “Uma forma de felicidade é a leitura.” Para se compreender esse efeito transformador da leitura fazem-se necessárias algumas considerações. A leitura é uma das atividades mais antigas da civilização, iniciando com a decodificação de pinturas rupestres, na Pré-História. Desde então, vem sendo utilizada como um meio de comunicação entre as pessoas. A partir dos primeiros contatos com a leitura, o indivíduo passa a interagir neste mundo,

como sujeito que interfere no texto, o qual, depois de lido, passa a ser também sujeito, como afirmam Silva e Rösing (1999, p.17):

A leitura é um processo de interatividade, implicando a explicitação do modo como o leitor visualiza o mundo, dos valores que subjazem às suas manifestações e do encaminhamento da significação do texto original, observadas essas nuances.

A leitura é, portanto, um diálogo entre sujeitos (o sujeito autor, o sujeito mediador, o sujeito leitor) e o próprio texto, que se torna sujeito também. Esse processo de cooperação imprevisível é o momento em que são compartilhados contextos mentais, sentimentos, emoções. A interação dos sentidos com a leitura culmina no que Martins (1989) divide em três níveis de leitura: sensorial, emocional e racional.

### **2.3.1 Leitura sensorial**

A leitura sensorial representa o primeiro contato que se tem com o texto. Através dos sentidos, cria-se intimidade com o livro, com o texto e assim a leitura se torna prazerosa. Neste nível, a leitura se dá desde o aspecto físico até o seu próprio conteúdo. Esta leitura é muito perceptível nas crianças, que têm a necessidade de apalpar, cheirar, encantar-se com imagens coloridas. Martins (1989, p. 44-45), em sua obra, comenta o que Jean-Paul Sartre, filósofo, um dos pais do Existencialismo, relata um de seus primeiros contatos com o livro:

Eu não sabia ainda ler, mas já era bastante esnobe para exigir os *meus livros*...Peguei os dois volumezinhos, cheirei-os, apalpei-os, abri-os negligentemente na 'página certa', fazendo-os estalar. Debalde: eu não tinha a sensação de possuí-los. Tentei sem maior êxito tratá-los como bonecas, acalentá-los, beijá-los, surrá-los. Quase em lágrimas, acabei por depô-los sobre os joelhos de minha mãe. Ela levantou os olhos do seu trabalho: 'O que queres que eu te leia, meu filho? As Fadas estão *aí dentro*?'

Após essa primeira impressão positiva ou negativa do objeto do texto, passa-se a outro nível, o da leitura emocional.

### 2.3.2 Leitura emocional

A leitura emocional trata dos sentimentos provocados pela leitura. Esse nível nos leva do plano do texto ao plano das emoções, pois à medida que o entusiasmo ou qualquer outro tipo de emoção transpareça perante o que está sendo lido, transborda as páginas de um livro, reflete exteriormente na apreciação que se faz da leitura. A partir dessa análise, pode-se observar o modo como a criança exercita a leitura emocional, de forma mais receptiva e autêntica que o adulto, pela facilidade de externalizar emoções.

A fim de se buscar uma definição mais aprofundada sobre leitura emocional, recorre-se a Freire (2007?, p. 9), que afirma:

A leitura, então, nos produz emoções: a história pode ser emocionante ou tediosa, o artigo pode fazer rir ou irritar, os poemas podem ser fáceis de ler e agradáveis ou complicados e aborrecidos. Normalmente, a leitura emocional conduz a apreciações do tipo “gostei/não gostei”, sem maiores pretensões analíticas: é uma experiência descompromissada, da qual participa nosso gosto e nossa formação.

Passa-se, agora, do nível dos sentimentos para o da racionalização dos gostos de leitura. Entra-se na leitura racional.

### 2.3.3 Leitura racional

A leitura racional compreende o último nível de leitura. Nele, o leitor reflete sobre o que está sendo lido, dando sentido ao texto. Martins (1989) ressalta que a leitura racional é mais exigente em relação à emocional, pois o leitor necessita, agora, apropriar-se do texto e se colocar dentro da produção, não dentro do produto. Para que essa leitura seja efetuada, é preciso conhecer a fundo o texto, conquistá-lo, perceber suas peculiaridades. Tal leitura é de total importância na contação de histórias, como destaca Abramovich (2004, p. 15):

Daí que quando se vai ler uma história – seja ela qual for – para a criança, não se pode fazer isso de qualquer jeito, pegando o primeiro

volume que se vê na estante... E aí, no decorrer da leitura, demonstrar que não está familiarizado com uma ou outra palavra (ou com várias), empacar ou pronunciar o nome dum determinado personagem ou lugar, mostrar que não percebeu o jeito como o autor construiu suas frases e ir dando as pausas nos lugares errados, fragmentando um parágrafo porque perdeu o fôlego ou fazendo ponto final quando aquela ideia continuava, deslizante, na página ao lado...

Zilberman (1988) destaca o papel do texto como intermediário entre o sujeito e o mundo, dando à leitura um caráter integrador do imaginário com o real. A obra escrita significa a possibilidade do indivíduo integrar-se ao meio e compreendê-lo melhor, além de estimular a renúncia ao contato material e concreto. “Transmuta-se na mediadora entre o indivíduo e sua circunstância, e decifrá-la quer dizer tomar parte na objetividade que deu lugar à existência.” (ZILBERMAN, 1988, p. 18). Portanto, ler significa viver a realidade por intermédio do modelo de mundo transcrito no texto.

Resumidamente, vale observar que a leitura é constituída de três níveis: sensorial, pois é através dos sentidos que experimentamos a leitura ao primeiro contato; emocional, porque deixamos que os nossos sentimentos interajam com a leitura, e racional, a qual nos permite compreender e conhecer o texto. Por estes níveis passam, inclusive, os deficientes visuais, já que a leitura, através do sistema Braille, lhes concede uma forma de acesso à literatura.

A preocupação editorial em relação à produção literária infantil cresceu significativamente nas últimas décadas. Com esse crescimento, os espaços dedicados ao universo infantil expandiram, levando o mundo mágico da leitura mais próximo da criança. A questão da literatura infantil terá um aprofundamento maior em item posterior.

#### **2.3.4 Incentivo à leitura**

No item anterior, tratou-se um pouco sobre a leitura e de como ela se manifesta. Neste contexto, nota-se a necessidade do incentivo à leitura. Infelizmente, são poucos os projetos nesta área que partem da iniciativa privada e garantem continuidade. Em virtude disso, a maior parte das iniciativas culturais é criada a partir de recursos provenientes da esfera pública.



Em nosso País, a lei que assegura o cumprimento desta atividade é a Lei Federal de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, a qual dispõe sobre políticas públicas direcionadas à cultura (BRASIL, 1991). Como exemplo regional tem-se a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), criada para suportar projetos ligados ao incentivo à leitura e à cultura. A LIC estimula empresas a participarem de projetos culturais, através do abatimento do ICMS (CONSELHO ..., 2011, documento eletrônico).

Infelizmente, as iniciativas culturais destinadas a quem possui limitação visual ainda não recebem a mesma atenção que os eventos literários tradicionais. Sobre esta falta de incentivo, Regis (2009, p.21) afirma que:

Pessoas com necessidades especiais nem sempre são lembradas. Os serviços públicos e privados, por vezes, se esquecem de atender as pessoas "diferentes", não oferecendo condições para que pessoas com deficiências participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informação.

Logo, as iniciativas mais significativas acabam partindo de instituições filantrópicas ou não governamentais. Seus esforços configuram-se, muitas vezes, no único meio de incentivo à leitura ao público infantil deficiente visual. No item 2.8 serão vistos alguns desses exemplos.

É necessário lembrar que a escola tem papel fundamental no incentivo à leitura. É nela que, geralmente, a criança inicia os primeiros contatos com a literatura. Por isso, os projetos de leitura são instrumentos valiosos no processo de incentivo à leitura no ambiente educacional. Eles possibilitam ao aluno explorar a leitura de diversas formas, apresentando o ato de ler como algo prazeroso. Neste contexto, a biblioteca escolar configura-se em importante mediadora no processo de incentivo à leitura, como relata Ribeiro (1994<sup>7</sup>, *apud* ANDRADE; BLATTMANN, 1998, documento eletrônico):

A biblioteca possibilita acesso à literatura e às informações para dar respostas e suscitar perguntas aos educandos, configurando uma instituição cuja tarefa centra-se na formação não só do educando como também de apoio informacional ao pessoal docente. Para

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, Maria Solange Pereira. Desenvolvimento de coleção na biblioteca escolar: uma contribuição à formação crítica sócio-cultural do educando. **Transinformação**, Campinas, v.6, n.1/3, jan./dez. 1994. *Apud* ANDRADE; BLATTMANN, 1998.

atender essas premissas a biblioteca precisa ser entendida como um 'espaço democrático' onde interajam alunos, professores e informação. Esse espaço pode estar circunscrito a duas funções: a função educativa e a formação cultural do indivíduo.

Como ressaltado pela autora, a biblioteca deve interagir com os educadores, que são parte fundamental do processo em questão. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura, é um projeto de incentivo à leitura que valoriza a formação continuada de gestores e mediadores de leitura.

Outro exemplo é o projeto Mais Cultura, do Ministério da Cultura, o qual é “[...] um programa pautado na integração e inclusão de todos segmentos sociais, na valorização da diversidade e do diálogo com os múltiplos contextos da sociedade brasileira.” (MAIS CULTURA, 2009, documento eletrônico). Este projeto tem por objetivo principal proporcionar bibliotecas e espaços de leitura adequados a todas as cidades brasileiras. Entretanto, sabe-se que ainda são necessários mais esforços por parte da esfera pública federal para que esse objetivo seja plenamente alcançado.

Importante também salientar que estes projetos direcionam-se, fundamentalmente, para as formas tradicionais de leitura, não focando formas alternativas, como é o caso da literatura em Braille. Todavia, os projetos expostos utilizam a leitura como ferramenta de transformação, seja de um leitor formado ou do leitor em construção. É importante compreender que o incentivo à leitura é uma prática que deve começar no ambiente familiar, expandindo-se na escola e sendo estimulado por todas as esferas da sociedade, pois, antes de ser um instrumento de apreensão do conhecimento, a leitura deve ser reconhecida como um ato prazeroso e saudável. A respeito deste aspecto da leitura, no próximo item será abordada a biblioterapia, que é a prática a qual envolve a leitura e sua capacidade terapêutica sobre o indivíduo com necessidades especiais.

## 2.4 BIBLIOTERAPIA

A partir dos níveis de leitura apresentados em item anterior, faz-se necessário apresentar a técnica que utiliza a expressão das emoções através

dos livros como tratamento terapêutico. A esse fenômeno denomina-se biblioterapia, que é, entre outras coisas, um recurso terapêutico o qual possui o objetivo de expressar as emoções, envolver o indivíduo com o texto e, assim, transformar o ato de ler em um exercício prazeroso e saudável.

A biblioterapia é considerada um dos tratamentos mais aconselhados para pessoas com doenças de cunho mental ou psicológico, bem como na recuperação de pacientes hospitalizados. Segundo Caldin (2001), biblioterapia é uma leitura dirigida que também envolve discussão em grupo, favorecendo a interação das pessoas e as levando a expressarem seus sentimentos. Nestes casos, a leitura torna-se, antes de um hábito saudável, uma necessidade. Comprovando o uso terapêutico dos livros, Orsini (1982<sup>8</sup> *apud* BUENO; CALDIN, 2002, p. 160) afirma que “[...] a obra literária oferece uma visão do mundo e a leitura da mesma permite que o leitor amplie seu universo perceptual e afetivo.”

A biblioterapia vale-se de alguns componentes biblioterapêuticos, que são

[...] a catarse (pacificação das emoções), o humor (rebelião do ego contra as circunstâncias adversas, transformando o objeto de dor em objeto de prazer), a identificação (assimilação de um aspecto ou atributo de outro ocasionando a transformação total ou parcial segundo o modelo desse outro), a introjeção (passar para dentro de si, de modo fantasístico, qualidades do outro), a projeção (transferência ao outro, de idéias [*sic*], sentimentos, expectativas e desejos) e a introspecção (reflexão, percepção interior). (CALDIN, 2005 *apud* LUCAS et. al., 2006, p. 402)<sup>9</sup>

Através desses componentes, a biblioterapia objetiva fazer com que as PNEE interajam com a história e com o ambiente, estimulando o imaginário e favorecendo o desenvolvimento crítico e o intelecto. Sobre os benefícios da leitura para crianças com necessidades educacionais especiais, Silva e Fachin (2002, p. 154) ressaltam que

---

<sup>8</sup> ORSINI, Maria Stella. O uso da literatura para fins terapêuticos: biblioterapia. **Comunicações e Artes**, São Paulo, n.11, p.139-149, 1982. *Apud* BUENO, S.B.; CALDIN, C.F., 2002.

<sup>9</sup> CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 12, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/36/5200>>. Acesso em: 02 nov. 2010. *Apud* LUCAS et.al., 2006.

[...] através da leitura pode-se extrair dos alunos sentimentos reprimidos, apaziguar emoções e colocar a criança portadora de deficiência em contato com o mundo dos livros, além é claro, de permitir uma maior interação entre o meio e o aluno.

A biblioterapia pode ser aplicada a vários grupos de pessoas, desde crianças até idosos. Entre eles, está o foco desta pesquisa: Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais com limitação visual. Essa preocupação surgiu, primeiramente, a partir de estudos com crianças enfermas ainda na década de 70, as quais respondiam de forma significativa ao tratamento. A partir de então, buscou-se uma terapia que aliasse lazer, educação e saúde para pessoas com necessidades educacionais especiais.

O momento que oportuniza a atividade de biblioterapia é a hora do conto. A mesma envolve vários elementos cognitivos e estimula o indivíduo a interagir com o texto/história que está sendo contada, como explana Abramovich (2004, p. 17): "O ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatrar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo (a mesma história ou outra)." Tais elementos criam na criança o interesse pelo contato direto com o livro. Bittencourt (2010, p. 21) complementa esta ideia quando salienta que "Através da narrativa oral é possível formar indivíduos leitores, produtores de texto e críticos da própria realidade."

Partindo do princípio pelo qual PNEEs devem ser tratadas como sujeitos que respondem benéficamente a estímulos externos, a atividade de biblioterapia pode ser entendida, também, como uma terapia inclusiva. Neste sentido, a biblioterapia para a criança, em especial a que apresenta algum tipo de limitação, pode favorecer sua compreensão e aceitação do mundo que a rodeia. No caso específico da criança com limitação visual pode-se deduzir que esta terapia aproxima a criança do livro e a ajuda a criar vínculos com a leitura e o livro.

Também é importante ressaltar que um texto possui vários aspectos que podem ser explorados. Por exemplo, cada personagem de uma história traz uma mensagem. Este ponto poderá ser trabalhado com a criança, utilizando um texto que tenha identificação com sua realidade. Pereira (2000) afirma que a prática da biblioterapia destinada ao público com limitação visual pode contribuir para o desenvolvimento de aptidão para habilidades artísticas, bem

como estimular a imaginação e a criatividade. Deste modo, a utilização da atividade biblioterapêutica deve ser considerada como um método eficaz de introduzir a leitura na vida das crianças com limitação visual.

## 2.5 O IMAGINÁRIO INFANTIL

Como observado anteriormente, a leitura é um processo que envolve diversos elementos, entre eles o imaginário. Este conceito já foi alvo de divergências filosóficas, sendo considerado por uns como impossível de se aplicar à realidade humana. De fato, imaginário é um mecanismo irreal, sem pretensão, em um primeiro momento, de transpor-se à realidade. Deste modo, Maffesoli (2001, p. 74-75) propõe uma definição de imaginário centrada na evolução histórica do conceito:

Em geral, opõe-se o imaginário ao real, ao verdadeiro. O imaginário seria uma ficção, algo sem consistência ou realidade, algo diferente da realidade econômica, política ou social, que seria, digamos, palpável, tangível. Essa noção de imaginário vem de longe, de séculos atrás. A velha tradição é a romântica, em luta contra a filosofia e o pensamento então hegemônicos na França. Tratava-se de demonstrar como as construções dos espíritos podiam ter um tipo de realidade na construção da realidade individual. Durante muitos séculos tudo isso foi abandonado em função da dominação da filosofia racionalista.

Gradativamente, o conceito foi ganhando credibilidade científica. A definição de Barbier (1994, p. 20, grifo nosso) destaca o principal elemento do imaginário: “O imaginário é finalmente a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma **imagem**, a faculdade originária de se afirmar ou se dar, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não existe.” Esse processo faz parte da imaginação, a qual é a base de toda a atividade que envolva criatividade, possibilitando assim a criação artística, científica e técnica. Para uma melhor elucidação do tema, Villardi (2007, p. 21) propõe uma definição de imaginação:

Imaginar é uma atividade que ocorre paralelamente à ação desempenhada fixada na realidade sendo esta atividade considerada como um processo e o seu produto o imaginário. Porém o ato de imaginar não se resume ao simples ato de pensar, já que não se

relacionam fatos e não se analisam situações, pois o que ocorre é a exploração dos fatos retirando destes uma visão que chamou mais a atenção do indivíduo.

É na infância que a criança inicia a criação do seu imaginário. A imaginação e a fantasia começam a fazer parte da vida, confundindo-se inúmeras vezes com a realidade dos pequenos leitores. Esse processo é estimulado pela contação de histórias, pois nela o indivíduo sobrepõe as imagens do papel para a imaginação, criando uma nova história. Histórias estimulam a capacidade cognitiva, o raciocínio e não devem ser contadas apenas para quem não sabe ler. Abramovich (2004) afirma que tudo pode sair de um texto. Por outro lado, ouvir histórias também provoca grande prazer na criança e, acerca disto, Elizagaray (1979<sup>10</sup>, *apud* Abramovich, 2004, p. 15) afirma que o destino da narração de histórias é o de ensinar as crianças a escutar, a pensar e a ver com os olhos da imaginação.

Essa fase permite à criança transmutar-se nos personagens, fazer parte da história. Jardim (2001, p. 78) afirma que “A função mais importante do livro infantil é despertar o interesse e o imaginário da criança.” Um elemento que contribui fundamentalmente para a criação deste imaginário é a ilustração. Através dela a criança traz para o seu mundo as características descritas, fazendo conexões com pessoas reais através das ilustrações. Abramovich (2004) destaca a função da ilustração nos livros infantis, alertando para que o ético e o estético não se confundam no mesmo conceito.

Para as PNEEs com limitação visual, a ilustração explora vários aspectos importantes para seu desenvolvimento cognitivo. Como será discutido em item posterior, a criança cega utiliza os outros sentidos para se apropriar das informações. No caso da ilustração, o tato é prioritariamente estimulado. Cardeal (2009), em seu estudo sobre ilustrações em relevo nos livros direcionados às crianças cegas, considera importante a aprendizagem de desenho por parte deste público. Duarte (2003<sup>11</sup>, *apud* Cardeal, 2009, p. 3567)

---

<sup>10</sup> ELIZAGARAY, Alga Mariña. **El poder de la literatura para niños y juvenes**. Havana: Letras Cubanas. 1979. *Apud* ABRAMOVICH, 2004.

<sup>11</sup> DUARTE, M. L. B. Sobre o funcionamento cerebral e a importância do desenho para os cegos. In: MEDEIROS, Maria Beatriz de. (Org.). **A arte pesquisa**. Brasília: UNB/ANPAP, 2004, p. 113-125. *Apud* CARDEAL 2009.

descreve como esta forma de expressão pode auxiliar no reconhecimento tátil das ilustrações.

Ensinar uma criança cega a desenhar tem como meta imediata integrá-la a uma brincadeira infantil extremamente usual desde os primórdios da história da humanidade. Entretanto, dados neurológicos e psicológicos permitem considerar o importante ganho cognitivo que a apreensão e compreensão da totalidade das figuras que representam os objetos do mundo pelo desenho podem significar. Se, aqueles que percebem visualmente os objetos atualizam essa visualidade quando produzem pensamentos, ao cego que desenha e reconhece os objetos pelo seu desenho em relevo, seria possível atualizar uma memória tátil e totalizadora dos objetos em seus processos mentais.

Pode-se perceber que, ao estimular a atividade do desenho, a criança cega adquire habilidade para reconhecer as formas que a cercam. Neste contexto, ressalta-se também a utilização de livros tridimensionais que trazem "[...] para o público infantil informações que envolvem outros sentidos além da visão, ajudando a mensagem a ser entendida e absorvida." (Domiciano, 2007, p. 4). É correto afirmar, portanto, que a imagem, para a criança com limitação visual, pode ser transmitida de diferentes formas. E, do mesmo modo que a criança vidente, aquela criança constrói seu imaginário através de todos os componentes de um livro.

## 2.6 LITERATURA INFANTIL: breve histórico e contextualização

A literatura infantil como é conhecida, com assuntos relacionados ao universo da criança e voltados a ela, é relativamente recente. Este fato possui explicação histórica. Até o século 19, as crianças não recebiam tratamento especial por serem crianças, ao contrário, eram consideradas adultos em miniatura. Na Europa do século 19, correntes advindas do Iluminismo pregavam a liberdade de pensamento e uma sociedade menos tirana. Neste período é publicado o livro "Contos de fadas para o lar e as crianças", dos Irmãos Grimm, considerados precursores da literatura folclórica mundial. Na mesma época, teve destaque também Hans Christian Andersen, autor de clássicos infantis como "O Patinho Feio" e "A Pequena Vendedora de Fósforos".

No Brasil, pode-se dizer que a Literatura Infantil começa com Monteiro Lobato (1882-1948), ao se destacar como pioneiro na criação de histórias direcionadas especialmente para crianças, o que constituiu cerca de 50% de toda sua produção literária. Sobre isto, Chaves (2009, p. 518) comenta: “O imaginário de Lobato respeita a criança como um ser sensível, curioso, sendo a infância atravessada de travessuras, de dificuldades e de problemas.” “Reinações de Narizinho” e “Caçadas de Pedrinho”, obras de Lobato, estão entre os livros que encantaram o público infantil nas décadas de 1930 e 1940 e que continuam sendo preferência de muitas crianças e adultos (GLOBO.COM, 200?, documento eletrônico).

Na década de 70, com o surgimento de estudos sobre o universo infantil, a produção literária para esse segmento passa a desenvolver-se bastante no Brasil e no mundo. As editoras apostam em uma nova literatura, que renuncia ao texto totalmente moralista, em prol de uma literatura lúdica. Assim, a literatura específica para esse público passa a ser amplamente explorada pelas editoras, que crescem em número e trazem uma nova abordagem estética.

Em busca da qualidade do livro infantil, Cunha (1998) sugere alguns critérios, tais como: apostar na inteligência da criança; o livro infantil ser apenas literatura; evitar paternalismos; e fugir do óbvio, do corriqueiro. Tais critérios são suportados pelo conceito de literatura infantil sugerido por Coelho (1997<sup>12</sup>, *apud* ALMEIDA *et al.*, 2005, documento eletrônico) o qual a analisa como “[...] fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização.”

As primeiras tentativas de uma literatura mais livre, focada no universo infantil, foram releituras de clássicos como “Chapeuzinho Vermelho”, trazendo a história mais próxima do universo da criança. Nesta nova fase, destacam-se nomes como Cecília Meireles, Ana Maria Machado, Ziraldo e Ruth Rocha (CUNHA, 1998). Nesta mesma época, escritores reconhecidos na literatura adulta começaram a produzir também para crianças. Como exemplos próximos tem-se Mário Quintana com “Lili Invento o Mundo”, “Sapo Amarelo” e Sapato

---

<sup>12</sup> COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria-análise-didática. São Paulo: Ática, 1997. (Fundamentos, 87) *Apud* ALMEIDA, 2005.



Furado” e Érico Veríssimo com “A Vida do Elefante Basílio”, “O Urso com Música na Barriga”, “Outra Vez os Três Porquinhos” (UNIVERSIDADE ..., 200?, documento eletrônico).

Com relação a eventos na área, no campo internacional, o destaque maior concentra-se principalmente na Europa. O maior encontro mundial do setor editorial é a Feira do Livro de Frankfurt, tendo sua origem em 1949 (WIKIPEDIA, 2010, documento eletrônico). A cada ano, a Feira homenageia um país, que se torna o convidado de honra da edição. A produção literária mundial destinada ao público infantil começou a se destacar na década de 1960. Neste período, a Feira começou a se preocupar com este segmento. Como exemplo da expansão deste setor no evento, temos o caso do cartunista Ziraldo, autor de livros infantis, o qual em entrevista ao *site* Deutsche Welle (2008, documento eletrônico), relata o aumento da demanda por seus livros em relação à primeira vez em que teve um título seu representado na Feira do Livro de Frankfurt, em 1969. A edição de 2010 foi considerada bastante expressiva com relação ao setor da literatura infantil exposta no evento.

A Feira de Livros Infantis de Bolonha, na Itália, é tida como o mais importante evento internacional dedicado à literatura infantil e indústria multimídia (BOLOGNA ..., 2011?, documento eletrônico). Em 2011, o Brasil participou da Feira, apresentando quase 1000 títulos provenientes de 12 editoras brasileiras. Esta foi uma das iniciativas do projeto Brazilian Publishers, o qual visa impulsionar a produção editorial brasileira no exterior (JORNAL ..., 2011, documento eletrônico). Outra feira com importante destaque na área infantil é a Feira do Livro de Edimburgo. A programação específica para este público conta com atividades destinadas tanto para as crianças como para os pais, que podem aprender novos modos de contar histórias para seus filhos, entre outras atividades (EDINBURGH ..., 2011, documento eletrônico).

No Brasil, a literatura infantil tem conquistado espaço em grandes eventos destinados à leitura, como a Bienal do Livro de São Paulo, a Feira do Livro de Porto Alegre e a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Localizada no maior centro cultural do País, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo teve sua primeira realização em 1970, já com a preocupação em atrair o público infantil. Um dos homenageados da 21ª edição do evento, no ano de 2010, foi

Monteiro Lobato, anteriormente referido no trabalho como o precursor da literatura infantil no Brasil. Além de reverenciar grandes nomes deste segmento, a Bienal oferece uma programação cultural voltada para o público infantil (BIENAL DO LIVRO, 2010, documento eletrônico).

Outro evento literário de grande importância é a Feira do Livro de Porto Alegre. De acordo com dados sobre sua 56ª exposição (FEIRA DO LIVRO ..., 2010, documento eletrônico), a área destinada à programação infantil, o Cais do Porto, teve número significativo de visitas, estimulado pela variedade de atrações, como contação de histórias, apresentações teatrais e a presença de escritores. Silva (2008, p. 31, grifo do autor) destaca a importância de apresentar a leitura à criança em idade escolar como uma atividade prazerosa.

Promover a aproximação entre os alunos e o texto é um processo delicado que requer maestria, logo a criança só tomará gosto pela leitura se o mundo literário for apresentado a ela em pequenas doses e de maneira prazerosa, já que ler é o ato de sentir-se bem, e é nesse sentir-se bem que entra a *Literatura Infantil*.

Com essa ocupação de espaço, o público infantil começou a ser tratado de modo diferenciado pelas editoras. Se antes os livros continham apenas texto e ilustração, hoje, muitos deles, procuram interagir com a criança, utilizando os mais variados tipos de recursos. Livros tridimensionais, sensoriais e sem texto, com ilustração envolvente têm tido grande repercussão na produção literária. Estas transformações na forma de apresentação do livro infantil tem a ver com a transformação do perfil deste leitor e da comunidade que o cerca, o que possibilitou, inclusive, a criação de obras direcionadas especialmente para portadores de deficiência. Para que a produção literária atenda às necessidades educacionais e de lazer deste público, é necessário o devido conhecimento das mesmas. Este assunto será abordado no próximo item.

## 2.7 PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA PNEEs

Apesar de o assunto não ser uma preocupação tão recente no âmbito educacional, ainda é deficitária a quantidade e a qualidade dos livros

destinados às PNEEs. Um dos fatores agravantes é o alto custo da produção deste material. No Brasil, a produção literária abrange as pessoas com limitação visual e auditiva de diferentes formas e, dentre estas formas, os livros em Braille configuram-se em maior número. Para se conhecer um pouco da literatura produzida em Braille, faz-se necessário entender o processo deste método. O alfabeto Braille, instituído por Louis Braille em 1825, é composto por um sistema de seis pontos em relevo, dispostos verticalmente em duas colunas de três pontos (BRUNO, 2006). Estes pontos e suas diferentes disposições formam as letras do referido alfabeto. Com isto, a partir de sua criação, as pessoas com limitação visual conseguiram ter contato com a leitura, sem necessitar do auxílio de outras pessoas. Com a invenção da máquina Braille, na primeira metade do século 20, tornou-se possível a fabricação de livros para leitores cegos ou com baixa visão, o que também viria impactar no barateamento do custo de produção deste material e no crescimento da produção editorial deste tipo de livro.

Com o desenvolvimento de tecnologias de informação específicas para pessoas com limitação visual, tornou-se possível a realização de *audiobooks* (ou audiolivros), que são “[...] livro[s] em áudio, no qual os “letores” [...] interpretam textos literários, científicos, ou didáticos, que, utilizando sonorizações em suas narrativas, transmitem sentimentalismo em suas apresentações.” (MENEZES; FRANKLIN, 2008, p. 61).

No âmbito internacional, a Alemanha destaca-se na produção e consumo de audiolivros. Lá, este suporte foi apresentado ao público como uma modalidade de leitura, não somente uma alternativa para as pessoas com limitação visual. O surgimento deste suporte no Brasil inicia na década de 1970. Embora não seja tão recente, o audiolivro ainda não tem uma abrangência ampla como no caso relatado anteriormente. Fato este devido à utilização, em sua maioria, por parte de pessoas com limitação visual (MENEZES; FRANKLIN, 2008).

No Brasil merecem destaque o Projeto Livro Falado e a Audioteca Sal e Luz. O Projeto Livro Falado tem por objetivo proporcionar a inclusão cultural, artística e educacional dos portadores de deficiência visual e conta com o apoio do Ministério da Cultura (PROJETO LIVRO FALADO, 200?, documento

eletrônico). Um de seus grandes feitos é incentivar as pessoas para que sejam leitores, ou seja, aquele que lê ou grava livros para cegos. Seu acervo, além de possuir obras de literatura adulta, abrange também a infanto-juvenil, com autores como Ziraldo, Ruth Rocha e Ana Maria Machado. Por respeito ao direito autoral, os audiolivros são disponibilizados apenas para portadores de deficiência visual e instituições cadastradas. A Audioteca Sal e Luz com sede no Rio de Janeiro, produz e empresta livros falados para todo o território nacional, gratuitamente (SAL E LUZ, 200?, documento eletrônico). O acervo é composto por livros didáticos, literários e religiosos. Os suportes utilizados são fitas cassete e CDs. Com o crescimento da procura pelo recurso do audiolivro, já existem algumas iniciativas privadas que produzem literatura infantil neste tipo de suporte para comercialização. Como exemplo, tem-se o *site* Universidade Falada (200?, documento eletrônico) que disponibiliza audiolivros tanto em CD, quanto no formato mp3.

Em nosso País, as editoras de livro infantil mais conhecidas, com maior produção, são Ática e Moderna. No entanto, em pesquisa realizada pela metaferramenta de busca do Google, através dos termos *editoras + "livros infantis em Braille"* e *editoras + audiolivros*, verificou-se que poucas são as editoras ligadas à produção literária infantil para deficientes visuais. Teve destaque a Fundação Dorina Nowil, que produz livros em Braille e audiolivros, priorizando autores clássicos da literatura infantil brasileira, como Monteiro Lobato. A Fundação Dorina Nowil está estabelecida na cidade de São Paulo desde 1946. Dorina Nowill, sua fundadora, adquiriu deficiência visual aos 17 anos e sentia dificuldade em encontrar livros em Braille (AMIGOS DO LIVRO, 200?, documento eletrônico). Já com os termos "*editoras Braille*" recuperou-se, como resultado, as editoras Sá e Paulinas. Vale ressaltar que tais editoras não têm ainda uma produção significativa no segmento. A próxima etapa da busca foi realizada em *sites* de livrarias.

Para a busca em sites de livrarias, foi levada em conta a abrangência tópica e a importância no mercado editorial brasileiro. Pesquisando por estes critérios no buscador Google, as livrarias encontradas foram Saraiva e Cultura. Nelas, utilizaram-se os termos "*braille*" e "*livros em braille*". As obras direcionadas ao público infantil, em língua portuguesa, levantadas na totalidade

dos *sites* utilizados na busca foram: "Coleção Traça Traço"; "Turma da Mônica em Baille"; "Coleção Toby"; "Coleção Fazendo a Diferença"; "Que Será que a Bruxa Está Lavando?"; "A Bruxa Mais Velha do Mundo"; "100 Anos de Frevo" e "Benquerer Bem Amar".

A partir desta amostra, observa-se que o setor editorial, para este segmento tem apresentado pequeno crescimento. A maior parte desta produção ainda é realizada por instituições filantrópicas, como a Fundação Dorina Nowill. Pode-se dizer que o alto custo da fabricação dos materiais é o principal fator para a atualidade deste quadro.

Com relação aos elementos que constituem os livros infantis, foi proposto no *Seminário sobre libros para niños cegos* (1990<sup>13</sup>, *apud* NOLLA 1992, p. 40, tradução nossa) e por Nolla (1992) critérios para a seleção de livros em Braille:

a) utilizar elementos naturais para elaborar as ilustrações táteis. Quando possível, usar texturas que imitem ou sugiram as sensações do que se pretende representar;

b) procurar reproduzir fidedignamente as adaptações de textos e ilustrações de livros já existentes;

c) complementar as edições de livros recreativos, realizadas em formatos tradicionais com outras que representem formatos de meios de transporte, objetos cotidianos, animais etc.;

d) ao selecionar textos para crianças cegas, deve-se atentar para que o conteúdo não dependa exclusivamente da imagem, mas sim, que ilustrações e palavras se complementem;

e) combinar o livro em Braille com recursos de áudio, complementando e motivando a leitura tátil com estímulos sonoros.

A partir dos critérios anteriormente citados, são observados dois pontos relevantes: a importância da ilustração e dos recursos de áudio nos livros para pessoas com limitação visual. Para estes, a leitura tátil da ilustração é fundamental. Pelas imagens em relevo, o deficiente visual adquire uma percepção do texto diferente do indivíduo que enxerga. Através do seu estudo

---

<sup>13</sup> COMISIÓN DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y LA CULTURA DE LA UNIÓN MUNDIAL DE CEGOS. **Seminário sobre libros para niños cegos**. Suécia. 1990. *Apud* NOLLA, 1992.

sobre leitura tátil com crianças cegas, Cardeal (2009, p. 3566) relata como se dá esse processo.

Esta relação talvez se processe por meio de um aprender a “pensar tatilmente”, assim como se constitui o “pensar visualmente”, para os que enxergam. Ao fechar os olhos e tocar com o indicador os pontos em relevo do Braille, percebo a diferença entre “ver” e “tocar” o mesmo código. Para os que enxergam, ainda que o campo de visão seja restrito a apenas um detalhe, a imagem que vêem é sempre totalizadora, instantânea, espacial e integradora. O reconhecimento tátil não funciona assim, pois é sequencial [*sic*], estritamente temporal e por isso mais lento também.

Assim como a ilustração, os recursos sonoros são muito importantes para os portadores de deficiência visual, pois lhes dá a possibilidade de conhecer outra dimensão do texto. A criança cega necessita de diferentes tipos de estímulos para realizar o processamento de informações através da leitura, como destaca Preto (2009, p. 20).

A criança cega não se apropria das informações da mesma forma que uma criança vidente. Ela tenta compensar sua deficiência utilizando os outros sentidos e a linguagem oral. Como ela não consegue fazer uma leitura visual das imagens, é possível proporcionar uma leitura tátil, auditiva e até mesmo olfativa do livro, de modo que ela também consiga decodificar um texto através dos outros sentidos, mesmo que não saiba ler.

Deste modo, um bom livro em Braille é aquele que utiliza, de forma adequada, os recursos disponíveis para a leitura. Bruno (2006, p. 49) salienta que: “Para a criança cega e de baixa visão, a leitura de mundo não pode ser feita apenas pela exploração concreta dos objetos que toca e a cerca no mundo real.” É necessário propiciar o contato com a fantasia, estimulando a imaginação e a criatividade.

Pode-se observar que os dois tipos de suporte abordados no presente trabalho, livro em Braille e audiolivro, são de fundamental importância para a introdução da leitura às crianças com limitação visual. Ambos auxiliam, através da leitura, no processo de socialização deste público. O primeiro auxilia no aprimoramento da percepção tátil, área que deverá ser bastante estimulada ao longo da vida desta criança. Já o audiolivro utiliza o sentido da audição como

forma de apreensão das informações, levando as crianças a imaginarem a história através do que está sendo contado.

Contudo, livro em Braille e audiolivro apresentam prós e contras quando se tratam do desenvolvimento educacional infantil. Em relação ao livro em Braille, ressalta-se como vantagem a leitura tátil, intensificando o aprendizado do método Braille e estimulando a percepção do indivíduo com limitação visual. A principal desvantagem diz respeito ao tamanho dos volumes, que normalmente são maiores do que os livros impressos em tinta. Assim como para a criança de visão normal a quantidade de páginas representa uma barreira, o mesmo acontece com o público em questão. Os audiolivros, por sua vez, contam a seu favor a possibilidade da audiodescrição, que é a descrição de todas as imagens, sons e expressões contidas em uma história (RAC, 2011, documento eletrônico). Entretanto, o ponto desfavorável é justamente algo positivo: a praticidade do suporte. Pois, ao mesmo tempo que pode facilitar o acesso à leitura da criança com limitação visual, também pode afastá-la da leitura em Braille.

Como qualquer ferramenta de ensino de alguma habilidade, os suportes apresentados no presente trabalho configuram-se em instrumentos de acesso a um novo universo, neste caso, a leitura. Os deficientes visuais, como a literatura ainda trata o público que apresenta tal tipo de limitação, constituem-se em um grupo especial de pessoas que possuem dificuldades de socialização, em função, muitas vezes, da falta de acesso a atividades como a leitura. Infelizmente, o lento desenvolvimento editorial nesta área específica tende a prejudicá-los ainda mais. Observou-se que a produção de literatura infantil em Braille ainda é insuficiente, porém os audiolivros tem tido aumento significativo, com vistas a fornecer novas formas de leitura a este público.

A criança com limitação visual deve contar com todos os formatos de livro. Como se sabe, se a leitura não for incentivada na infância, dificilmente ela se tornará um hábito na vida adulta. Esta máxima vale para qualquer pessoa. As necessidades educacionais podem ser diferentes, necessitar de determinadas adaptações, mas todos precisam ser estimulados para que se tornem leitores.

Por isso, a integração entre toda a comunidade educacional é de fundamental importância. Professores, bibliotecários, promotores de leitura, enfim, educadores em geral, devem lembrar-se sempre do fator inclusivo que a leitura representa. Deve-se enxergar o indivíduo com limitação visual como cidadão que possui os mesmos direitos que os demais, neste caso específico, à educação.



### 3 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho é de cunho qualitativo. Neste item se abordará o tipo de estudo, os sujeitos do estudo, o instrumento de coleta de dados, os procedimentos de coleta de dados, o estudo-piloto, a forma adotada para o tratamento dos dados e as limitações da pesquisa.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa aqui apresentada caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Neves (1996, p. 1) afirma que a pesquisa qualitativa “Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.” Esta abordagem permite utilizar diversos tipos de recursos, adaptando instrumentos e procedimentos de acordo com o exigido pelo estudo. A pesquisa qualitativa considera “O ambiente natural [...] a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.” (MORESI, 2003, p. 9). Por ser este um tipo de pesquisa indutivo, ele não necessita de métodos ou estatísticas para análise dos dados.

Por outro lado, a pesquisa exploratória é utilizada quando se pretende conhecer a respeito de um assunto que ainda não se têm muitos estudos anteriores. Raupp (2006, p. 81) salienta que “[...] explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas.” Segundo Andrade (2002<sup>14</sup>, *apud* RAUPP, 2006, p. 80) esta pesquisa deve ser realizada quando os objetivos forem:

- a) proporcionar maiores informações sobre o assunto objeto da investigação;
- b) facilitar a delimitação do tema de pesquisa;
- c) orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses;
- d) descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto principal do tema escolhido.

---

<sup>14</sup> ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. *Apud* RAUPP, 2006.

Entende-se que esta investigação compreende os aspectos citados por Raupp e Andrade, enquadrando-se, portanto, no âmbito das pesquisas exploratórias.

A pesquisa constituiu-se de duas grandes partes: a primeira parte deteve-se na pesquisa bibliográfica extensiva dos assuntos relacionados e na consequente transformação desta bibliografia em contextualização teórica da investigação; a segunda parte relaciona-se à pesquisa de campo, ou seja, a aplicação da teoria elaborada na primeira parte do estudo, com vistas à obtenção dos objetivos propostos.

### 3.2 SUJEITOS E CONTEXTO DO ESTUDO

Em um primeiro momento pensou-se em realizar o estudo diretamente com as crianças com limitação visual vinculadas ao Instituto Santa Luzia, localizado em Porto Alegre. Após contato realizado junto à instituição para verificar a viabilidade de aplicação do estudo, foi comunicado à pesquisadora que a instituição não poderia disponibilizar esta oportunidade. Buscou-se uma alternativa que permitisse manter o foco da pesquisa, só que analisada sobre outro ponto de vista. Optou-se, então, por contatar (e posteriormente entrevistar) responsáveis por instituições/bibliotecas que trabalham com PNEEs com limitação visual.

As instituições selecionadas para a aplicação da pesquisa foram: a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Instituto Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo e a Fundação Dorina Nowil, escolhidas por possuírem setor especializado no atendimento a portadores de deficiência visual.

A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE) foi fundada em 1877. Ela é um importante centro cultural do Estado do RS e se localiza na cidade de Porto Alegre. O Setor Braille da Biblioteca possui acervo constituído de obras literárias e didáticas, nos formatos Braille e audiolivro, além de confeccionar livros em Braille (BIBLIOTECA PÚBLICA ..., 2011?, documento eletrônico).

O Instituto Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo (CCSP) foi idealizado por Dorina Nowill, deficiente desde os dezessete anos de idade e fundadora da Fundação Dorina Nowill para Cegos. Primeiramente destinada ao público infantil, expandiu seu espaço devido à crescente demanda. A Biblioteca Louis Braille do CCSP é adaptada para a acessibilidade dos usuários deficientes visuais. Possui acervo Braille e audiolivro (CENTRO CULTURAL ..., 2011, documento eletrônico).

A Fundação Dorina Nowill Para Cegos é uma instituição que trabalha pela inclusão dos portadores de deficiência visual, através de incentivos à educação e à cultura. Sua produção de livros em Braille, audiolivros, revistas faladas e obras acadêmicas é distribuída para instituições que atuam com deficientes visuais de todo o País (FUNDAÇÃO DORINA ..., 200?, documento eletrônico).

Responderam, por estas instituições, quatro pessoas, sendo duas bibliotecárias e dois profissionais especializados nos serviços destinados às PNEE com limitação visual. Os entrevistados apresentaram, também, um diferencial, que foi o fato de que cada um deles posicionou-se diferentemente com relação às funções exercidas. Além disto, uma das bibliotecárias entrevistadas é portadora de deficiência visual, o que, no entender da pesquisadora, foi um aspecto enriquecedor à pesquisa. Para efeito de preservar a identidade dos entrevistados, os mesmo estão referidos nesse estudo pelas letras A, B, C e D.

O sujeito A é coordenador do Setor Braille da instituição em que trabalha; o sujeito B é instrutor cultural, o sujeito C é gerente de distribuição de produtos e o sujeito D é coordenador de projetos especiais e empregabilidade.

### 3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi a entrevista estruturada, que é um tipo de instrumento adequado a uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Na entrevista estruturada “[...] as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas.” (BONI, 2005, p. 73). Este tipo de entrevista é útil para a pesquisa que analisa determinados aspectos de um assunto e necessita de respostas precisas.

Costa (2005) destaca como vantagens, a facilidade de análise dos dados e a possibilidade de o estudo ser efetuado novamente. Como desvantagens, a mesma autora aponta que a flexibilidade e espontaneidade dos sujeitos são reduzidas.

A entrevista foi realizada nas formas presencial e virtualmente. A aplicação do instrumento presencialmente tem como benefícios a espontaneidade do entrevistado, possibilitando a colheita de mais informações pertinentes ao estudo, bem como garantia de que o instrumento será aplicado dentro do tempo estipulado por quem conduz a entrevista. Em contraponto, a entrevista presencial necessita da disponibilidade de tempo de ambas as partes para a realização da mesma.

Na forma de entrevista virtual um dos aspectos a ser considerado é a comodidade, tanto do entrevistado quanto do entrevistador, devido a não-locomoção de nenhuma das partes. Uma das desvantagens da aplicação virtual do instrumento "[...] é a dificuldade de compreensão da pergunta por parte do respondente quando o pesquisador está ausente." (BONI, 2005, p. 74). Foi necessário adotar-se esta forma, além da presencial, uma vez que a maior parte dos sujeitos da pesquisa encontrava-se fora do Estado, o que impossibilitava a pesquisadora realizar as entrevistas pessoalmente.

Na presente pesquisa três entrevistas foram realizadas virtualmente e uma presencialmente.

No Quadro Objetivos e questões da entrevista é apresentada a entrevista aplicada como instrumento de coleta de dados da presente pesquisa, relacionando-se as questões propostas com os objetivos do trabalho.

**Quadro 1 - Objetivos e questões da entrevista**

QUESTÃO	OBJETIVO
1. Um dos primeiros contatos que a criança tem com a leitura é através da literatura. No seu entender, que sentimentos e emoções o mundo dos livros pode provocar em uma criança portadora de deficiência, em especial deficientes visuais?	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual,
2. É possível deduzir que este contato do deficiente visual com a leitura possa propiciar maior interação entre o meio e o aluno? Por quê?	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual,
3. A criança cega não se apropria das informações da mesma forma que uma criança vidente. Ela tenta	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de

compensar sua deficiência utilizando os outros sentidos e a linguagem oral.” No seu entender, esta afirmativa é correta? Se sim, que sentidos seriam os mais utilizados? Se não, como justifica sua não concordância?	deficiência visual,
4. A biblioterapia é considerada um tratamento terapêutico através da leitura, especialmente utilizado em problemas mentais ou psicológicos. O Sr.(a.) entende que o uso desta técnica poderia ser um diferencial para o incentivo à leitura de deficientes visuais? Já teve alguma experiência neste sentido?	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual, d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
5. Sendo a leitura um aspecto muito importante para a educação e o ensino, no seu entender, como se dá o processo de incentivo à leitura para este público?	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual,
6. A Lei de Incentivo à Leitura (LIC) é de seu conhecimento? Se sim, qual sua opinião sobre sua eficácia.	c) analisar o processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual, d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
7. Em relação a esses dois formatos – Braille e audiolivros – em sua opinião, o Brasil tem uma produção adequada às necessidades ou deveria haver um incentivo ao aumento da produção deste material? Justifique sua resposta.	b) verificar o crescimento do mercado editorial infantil para deficientes visuais;
8. Monteiro Lobato, em nosso País, destacou-se como pioneiro na criação de histórias direcionadas a crianças. Com o tempo, congregaram-se novos autores, histórias e modos de contar a mesma história. A indústria editorial brasileira tem incorporado livros destes autores à coleção infantil para deficientes visuais ou os autores deste tipo de livros não costumam ser os mesmos?	b) verificar o crescimento do mercado editorial para deficientes visuais; e) identificar, quais editoras que publicam livros e que coleções estão disponíveis para o público infantil com limitação visual;
9. No seu entender, quais tipos/gêneros de histórias e/ou coleções infantis são mais direcionadas a este público deficiente visual?	e) identificar, quais editoras que publicam livros e que coleções estão disponíveis para o público infantil com limitação visual;
10. É possível perceber se este público está crescendo e se o mercado editorial está acompanhando este crescimento?	b) verificar o crescimento do mercado editorial para deficientes visuais;
11. Na sua visão, os meios de comunicação, mídias impressas e não-impressas, vêm divulgando de forma satisfatória as atividades relacionadas à literatura infantil e incentivado à leitura neste tipo de público?	d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
12. Atualmente, pode-se dizer que essa divulgação tem tido aumento ou decréscimo?	d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
13. Nos últimos anos, a literatura infantil tem conquistado espaço em grandes eventos destinados à leitura, como a Bienal do Livro, a Feira do Livro de Porto Alegre, a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). O sr(a). tem conhecimento de eventos sistemáticos e/ou ocasionais relacionados à literatura infantil e/ou a leitura, visando este público?	d) levantar ações específicas de incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
14. Conhece ou tem notícias de outros eventos (além	d) levantar ações específicas de

das feiras de livros) destinados a este tipo de público que, no seu entender, possam funcionar como um canal para abordar questões pertinentes à literatura infantil e à leitura? Quais seriam eles?	incentivo à leitura que atinja deficientes visuais;
--	---

Fonte: dados de pesquisa

### 3.4 ESTUDO-PILOTO

Para verificar a pertinência das questões elaboradas no instrumento de coleta de dados, o mesmo foi previamente avaliado por uma bibliotecária, atuante em biblioteca escolar e com experiência no atendimento às PNEEs. A referida bibliotecária entendeu que as questões apresentadas estavam pertinentes ao assunto pesquisado, não indicando nenhuma alteração a ser feita.

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi aplicado presencial e virtualmente. As duas formas de aplicação foram executadas devido à localização geográfica das instituições envolvidas e o prazo limitado para a execução do trabalho. Anteriormente à participação efetiva no estudo, os entrevistados foram previamente consultados sobre a disponibilidade e o interesse em participar do estudo.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de março e abril de 2011. As entrevistas, no caso da virtual, foram encaminhadas via e-mail, com uma correspondência que concedia ao entrevistado o prazo de dez dias para respondê-la e devolver à pesquisadora. A entrevista presencial foi realizada em um turno escolhido pela pesquisadora, sem necessitar de agendamento prévio com a entrevistada. Esta entrevista foi documentada manualmente, ou seja, as respostas foram anotadas pela entrevistadora.

### 3.6 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados foi feito manualmente, tendo em vista ser pequena a quantidade de dados a ser tratado. As questões da entrevista foram

tratadas separadamente. Após o levantamento dos dados, estes foram tratados à luz do referencial teórico.

### 3.7 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi limitada por alguns fatores. A primeira limitação encontrada foi o impedimento da realização da pesquisa no Instituto Santa Luzia, onde estava planejado aplicar o estudo. No momento da aplicação do instrumento de coleta dos dados, a demora no retorno das entrevistas foi outro fator que interferiu no andamento do estudo. E o último limite encontrado foi o tempo para a realização do trabalho, que, devido à necessidade de reformulação do mesmo, tornou-se curto.

## 4 ANÁLISE E CRÍTICA DOS DADOS

Neste tópico apresenta-se a análise e a crítica das respostas colhidas por meio das entrevistas realizadas aos responsáveis pelas instituições vinculadas, convidados a participarem do estudo. Esta análise foi feita à luz do referencial teórico, apresentado no Capítulo 2 e está organizada em tópicos. Cada tópico analisa um grupo de assuntos abordados na entrevista.

### 4.1 INCENTIVO À LEITURA

Como pode ser verificado, as questões 1, 2, 3, 4, 5 e 6 referiam-se ao processo de incentivo à leitura às crianças portadoras de deficiência visual.

A primeira questão procurou levantar como a criança cega entra em contato com a leitura e quais sentimentos e emoções a descoberta deste mundo pode proporcionar a ela. O segundo questionamento interrogava sobre a oportunidade de interação que a leitura pode proporcionar entre o meio e o aluno deficiente visual. A terceira pergunta tratava da forma de utilização dos sentidos pela criança com limitação visual e como eles auxiliam no processo de iniciação do leitor. A quarta questão abordava a biblioterapia como método possível de ser realizado para o público foco do trabalho, buscando saber se esta prática é bem vista pelos profissionais entrevistados. A penúltima pergunta questionava especificamente sobre como se dá o processo de incentivo à leitura às crianças deficientes visuais. Por fim, a questão de número 6 indagava os respondentes a respeito da Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

Dois dos entrevistados consideram a leitura como uma forma de descoberta de um novo universo para a criança deficiente visual. Na opinião do respondente C, que apresenta limitação visual, “Os sentimentos e emoções que os livros despertam em uma criança com ou sem deficiência são os mesmos.” Esta afirmação leva-nos a entender o livro como fator de inclusão, pois é capaz de despertar o prazer pela leitura a todos os públicos. O entrevistado D complementa que “O contato com os livros [...] traz um sentimento de pertença muito importante a essa criança. Ela se percebe fazendo parte de um grupo e podendo usufruir dos mesmos direitos, o que



contribui para sentir-se mais aceita e com oportunidades mais parecidas.” Menezes e Franklin (2008, p. 60) salientam que, para a criança com limitação visual, recursos informacionais como o livro em Braille e o audiolivro “[...] contribuem para seu desenvolvimento social e intelectual.” Deste modo, a inclusão dessas pessoas deve ser compreendida de maneira mais ampla, como afirma Jesus (2007<sup>15</sup>, *apud* MENEZES; FRANKLIN 2008, p. 60).

Incluir um cidadão é muito mais que oferecer um espaço adaptado fisicamente à especificidade de sua limitação. [...] É olhar para uma criança na mais tenra idade e, independente de sua limitação, aceitar que ela é o ser cognoscente teorizado por Piaget, aquele que não está alheio ao mundo e que busca a todo instante compreender os fatos que cercam sua existência e que ele pode e deve protagonizar, intervir, modificar sua vida, sua história [...]

Como observado pela autora, é necessário olhar além da limitação de um indivíduo, não impedindo a criança de interagir com o ambiente por necessitar de recursos diferenciados para o seu desenvolvimento educacional. No caso das crianças com limitação visual, é preciso conhecer como se inicia o contato com a leitura, para que a mesma seja apresentada de forma que a criança sinta-se parte de um grupo.

Sobre o aspecto citado anteriormente, os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a leitura, para este público, deve ser apresentada de forma que estimule os demais sentidos. Segundo o respondente B, as várias formas de apresentar uma história à criança, (contação de histórias, audiolivros, livros-brinquedo) fazem com que ela interaja com a história, através dos outros sentidos, “[...] entrando em contato com seus sentimentos e percebendo as semelhanças e diferenças que têm em relação aos personagens com que está em contato pela leitura”.

Nota-se aqui, através do relato dos respondentes, a ocorrência dos três níveis de leitura abordados no referencial teórico, item 2.3. Para a criança cega, a leitura sensorial permite sentir o texto através dos outros sentidos. O

---

<sup>15</sup> JESUS, Patrícia Silva de. **Inclusão ponto a ponto**: a inclusão social da pessoa com deficiência visual através da produção escrita. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL, 11., 2007, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: ABEDEV, 2007, p. 3. *Apud* MENEZES; FRANKLIN, 2008.

tato faz com que ela compreenda o contexto da história. Logo, a ilustração tem papel importante neste primeiro contato, sendo relevante o critério exposto no *Seminário sobre libros para niños cegos* (1990<sup>16</sup>, *apud* NOLLA 1992, p. 40, tradução nossa), o qual propõe a utilização de elementos que possibilitem a transmissão de sensações sobre o que está sendo representado.

A audição é o sentido explorado pelos audiolivros, estimulando a criança a criar sua própria história a partir do que está sendo contado. Os entrevistados ressaltaram que a utilização dos demais sentidos pelo deficiente visual não significa que seja um mecanismo de compensação. O respondente D refere-se a esse fenômeno como *reorganização perceptiva*, no qual o indivíduo reorganiza-se de acordo com sua deficiência, ou seja, encontra novas formas de conhecer o mundo.

A leitura emocional, que é o nível pelo qual o texto ocasiona sentimentos para o leitor, pode ser principalmente observada através da biblioterapia. Segundo Ferreira (2003, p. 38) ela “[...] se constitui [...] num processo de sentimentos, valores e ações, tendo como resultado final um processo harmônico e equilibrado de crescimento e desenvolvimento pessoal.” A afirmação da autora ratifica a visão dos questionados, os quais acreditam que a leitura trabalha para manter o equilíbrio das emoções, especialmente se a criança possui algum tipo de limitação. É nessa fase de leitura que podem ser observadas as histórias com que as crianças mais se identificam, através das emoções provocadas após uma hora do conto, por exemplo. Os questionados relataram que há grande procura por conto de fadas. Caldin (2002, p. 33) destaca a importância dessas histórias na prática da biblioterapia.

São sempre atuais, também, porque se envolvem no maravilhoso partindo de uma situação real; lidam com emoções; passam-se em tempo e lugar indefinidos; as personagens são simples e vivenciam situações diferentes, resolvem conflitos nos quais buscam a cumplicidade da criança através do imaginário [...]

---

<sup>16</sup> COMISIÓN DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y LA CULTURA DE LA UNIÓN MUNDIAL DE CEGOS. **Seminário sobre libros para niños cegos**. Suécia. 1990. *Apud* NOLLA, 1992.

A autora suscita um assunto levantado no trabalho, o imaginário da criança sendo explorado pela leitura. O respondente B considera a leitura um estímulo para a imaginação e o desenvolvimento das emoções, "especialmente na fase infantil, em que a criança está conhecendo o mundo que a cerca. [...] Assim como as outras crianças, ela [*criança com limitação visual*] fantasia a realidade, se autoconhecendo melhor, entrando em contato com seus sentimentos e percebendo as semelhanças e diferenças que tem em relação aos personagens com que está em contato com a leitura." Assim, após a fase da identificação do leitor com a história, passa-se para o último nível de leitura.

Por fim, no nível da leitura racional o leitor analisa o que foi lido, apreendendo a história. Foi ressaltada pelos entrevistados a necessidade de estímulos externos que instiguem a reflexão, como a Hora do Conto e o acompanhamento no papel de leitores por parte de pais e professores. Bamberger (1975<sup>17</sup>, *apud* NOLLA, 1992, p. 14, tradução nossa), destaca o papel destes agentes no desenvolvimento da criança com deficiência.

O desenvolvimento de interesses pela leitura e a formação do hábito de ler constitui um largo processo que começa no ambiente familiar. Acelera-se sistematicamente na escola e prossegue durante o resto da vida, pelas influências do ambiente cultural em geral e dos esforços conscientes das bibliotecas públicas e outros centros e organismos culturais.

Esse contato com a leitura, na opinião dos entrevistados, propicia maior interação entre o aluno e o meio em que o mesmo encontra-se inserido.

Na opinião do respondente A, o incentivo primeiro deve partir do professor. Logo, "A leitura deve ser apresentada como algo prazeroso, e não como uma obrigação, e muitas vezes nas escolas ela acaba sendo percebida como uma atividade chata", afirma o entrevistado B. Como se pode observar, a escola, que é o local onde a leitura deveria ser mais estimulada, nem sempre cumpre seu papel de educadora com eficiência. Para o respondente D, a "Participação e inclusão de pessoas com deficiência se fazem por intermédio de recursos que facilitam e ampliam sua convivência com o meio." Observa-se, portanto, que a leitura, além de trabalhar no processo cognitivo da criança,

---

<sup>17</sup> BAMBERGUER, R. **La promoción de la lectura**. Unesco: Barcelona. *Apud* NOLLA, 1992.

colabora para a socialização da mesma. Logo, como afirmado pelos respondentes, pais e educadores devem ser preparados para participar ativamente deste processo.

Entretanto, “existe ainda muita desinformação sobre os potenciais das pessoas com deficiência visual e sobre os recursos existentes nessa área”, afirma o entrevistado D. Fato este relacionado ao tardio desenvolvimento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) em nosso País. Acerca disso, Menezes e Franklin (2008, p. 71) afirmam:

As inovações tecnológicas e informacionais, como todas as novas tendências que surgiram no mundo, sofreram discriminações, devido às mudanças que ocasionaram. Mas, apesar dos preconceitos, elas proporcionaram uma melhor convivência social, sem distinção de raça, sexo, condição social, portador de necessidades especiais ou não.

O atraso no avanço das tecnologias e o receio por parte da comunidade educacional em utilizá-las retardou a propagação dos livros em Braille e audiolivros, como será analisado em tópico posterior.

No próximo tópico são apresentadas iniciativas que trabalham para a inclusão cultural das crianças portadoras de deficiência visual, como atuam e como poderiam ser melhor utilizadas.

#### 4.2 INICIATIVAS PÚBLICAS

Questionados sobre a Lei de Incentivo à Cultura, apenas o entrevistado A diz-se conhecedor da mesma. Sobre sua eficácia, o mesmo afirmou que este incentivo financeiro é destinado para a execução de projetos culturais, mas, infelizmente, nem sempre o recurso fornecido é direcionado para esse fim.

Através do relato anterior, observa-se que mesmo com a existência da lei que estipula um recurso fixo para a promoção da área cultural, sua eficácia é discutível. Infelizmente, as políticas públicas direcionadas à cultura ainda são poucas e recebem pouca fiscalização. Percebe-se que, além disto, as políticas públicas só muito recentemente vêm se direcionando para pessoas portadoras de qualquer tipo de limitação, incluindo-se aqui a limitação visual.

No Brasil, a lei que rege a distribuição de recursos direcionados à cultura data de 1991, fase em que o País estava reorganizando-se politicamente. O quadro sócio-cultural do País modificou-se nos anos seguintes, porém a Lei que trata do assunto não foi devidamente adaptada para atender às necessidades culturais da população deficiente visual. Sabe-se que há uma necessidade cada vez mais premente de uma política pública efetiva, que contemple, de forma plena, portadores de deficiências.

O respondente B destaca que, embora existam programas regionais e federais que incentivem a leitura, no caso das bibliotecas públicas, é difícil propor projetos e realizá-los. O mesmo defende como forma de atração do público infantil com limitação visual, o barateamento das obras por parte das editoras, considerando que o alto custo editorial dificulta o acesso às mesmas, especialmente por parte de crianças provenientes de famílias de baixa renda. Entretanto, Botelho (2001, p. 81) alerta que “[...] não é a redução de preços ou mesmo a gratuidade completa que alterará as desigualdades culturais”, pois de nada adianta facilitar o acesso através de incentivo financeiro se o público alvo não for conquistado. Convém ressaltar aqui que esse papel inclusivo deve ser desempenhado, a priori, pela biblioteca pública, segundo o Manifesto da UNESCO de 1994.

Os serviços fornecidos pela biblioteca pública baseiam-se na igualdade de acesso [...], independente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Serviços e materiais específicos devem ser oferecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas [sic], pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões. Todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna bem como materiais convencionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS..., 1994, documento eletrônico não paginado, grifo nosso)

Conforme exposto anteriormente, a biblioteca pública é considerada um centro de referência para todos os públicos. Porém, como relata o entrevistado B, “Muitas cidades ainda contam com poucas bibliotecas [...]”, o que acaba dificultando o acesso à leitura, restando a alternativa da compra, entretanto “[...] os livros acabam se tornando produtos muito caros para as famílias de baixa

renda”. É necessário, portanto, que as bibliotecas públicas preocupem-se com todos os fatores relacionados à acessibilidade, como destaca Souza, (2010, p.60), quando afirma que

[...] a necessidade de recursos especiais para a leitura, a exemplo dos deficientes visuais, não deve representar a exclusão do usuário, ao contrário, deve-se estimular a participação desses grupos em todas as ações culturais promovidas pela biblioteca, respeitando o direito à cidadania.

Como ressaltado pela autora, a acessibilidade é um critério imprescindível para que uma biblioteca atue como agente de inclusão. No ano de 2010, o Programa Mais Cultura, vinculado ao Ministério da Cultura, em edital denominado *Mais Cultura de Apoio a Bibliotecas*, estipulou a acessibilidade como um dos critérios de premiação e criação de bibliotecas municipais ou comunitárias. Reforça-se, portanto, a necessidade de iniciativas públicas que apoiem projetos voltados à inclusão de PNEEs. Pois, como levantado por um dos entrevistados, a falta de bibliotecas e o alto custo das obras acessíveis a este público ainda são os principais obstáculos entre as crianças com limitação visual e a leitura.

Embora as instituições públicas tenham o dever, por seu caráter, de se preocuparem com os direitos universais de qualquer cidadão, também existem iniciativas privadas de grande importância neste segmento. Um grande exemplo é a Fundação Dorina Nowill Para Cegos, que há mais de 60 anos presta serviços educacionais ao público deficiente visual. Como afirma o entrevistado B, a instituição “[...] possui um grande catálogo, que contempla em boa parte as necessidades informacionais da população com deficiência visual e os disponibiliza por convênios para as bibliotecas.” É importante destacar a parceria das bibliotecas com instituições privadas ou filantrópicas. Além de enriquecer o acervo e atender às normas de acessibilidade, a biblioteca torna-se canal de divulgação de iniciativas privadas, as quais nem sempre têm o merecido destaque.

Pode-se dizer, portanto, que a união de esforços entre os setores público e privado fazem a diferença. O desenvolvimento de bons projetos caracterizam-se pelo engajamento de ambas as esferas da sociedade. Como

veremos no tópico a seguir, qualquer iniciativa de incentivo à leitura destinada a quem possui algum tipo de limitação, devem ter como primeiro objetivo a inclusão social do indivíduo por intermédio da leitura.

### 4.3 PRODUÇÃO EDITORIAL

Como visto no referencial teórico, os questionados confirmam que a produção editorial destinada a portadores de deficiência visual no Brasil ainda é deficitária.

O respondente D aponta que, enquanto a produção editorial para videntes é de aproximadamente vinte mil novos títulos por ano, a produção de livros acessíveis não chega a dois mil, ou seja, menos de 10% da produção editorial normal. Isabel Sant'anna de Oliveira, da Confraria das Letras em Braille (CRESCER, 2011?, documento eletrônico), afirma que “[...] o alto custo da produção é um dos impedimentos, já que é mais caro produzir esse tipo de livro - que, geralmente, é impresso em Braille e tinta.” E são justamente esses elementos, alfabeto Braille e tinta, que conferem boa qualidade a um livro para a criança com limitação visual. Na opinião do entrevistado B, “[...] a publicação em livro integrado (em tinta e Braille) deveria ser obrigatória, porque é a fase em que as crianças estão aprendendo a ler e a se socializar com as outras.”

Em relação aos audiolivros, o entrevistado A destacou a importância deste formato na fase inicial de leitura da criança cega. O respondente B destacou que o ritmo de produção deste suporte é mais rápido e de fácil confecção em relação ao livro em Braille, contando também com leitores voluntários. Faz-se necessário destacar que esses suportes não só incluem a criança cega no universo da leitura, como também servem como agentes de socialização. Pois, como afirma o entrevistado B, “[...] as duas crianças [vidente e não-vidente] aprendem a ler juntas e podem participar das atividades de leitura de forma realmente inclusiva.”

Uma das questões relativas à produção editorial destinada ao público infantil com limitação visual procurava saber se a indústria editorial brasileira tem incorporado autores e obras conhecidos na literatura infantil. Primeiramente, o entrevistado D ressaltou que é errôneo falarmos em *indústria*

*editorial brasileira*, pois em relação aos livros acessíveis “[...] esta produção em grande parte é feita por organizações não governamentais.” O mesmo destaca que no caso da Fundação Dorina Nowill Para Cegos, “[...] a seleção dos livros produzidos é baseada na demanda dos usuários com deficiência visual, a qual inclui clássicos da literatura infantil como Monteiro Lobato, assim como *best-sellers* da atualidade como a coleção Harry Potter.” O respondente A aponta também os autores de fábulas Andersen e os Irmãos Grimm como escritores clássicos bastante procurados. Quanto ao destaque de autores nacionais, o entrevistado cita a produção infantil de Ana Maria Machado, Mário Quintana e Érico Veríssimo. Verifica-se, portanto, que a literatura infantil em geral pode ser adaptada aos portadores de deficiência visual. O respondente C afirma que “As crianças gostam de ler o que seus colegas e irmãos estão lendo. Caso contrário, é impossível para elas desenvolverem um diálogo sobre o assunto com seus pares.”

De fato, as publicações literárias em suportes acessíveis a este público dificilmente são lançadas simultaneamente em relação às publicações para o público vidente, tendo em vista que este mercado ainda está em ascensão no Brasil. Exemplos como a Biblioteca Louis Braille e o Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, que produzem livros em Braille, ainda são poucos em nosso país. Como destacado no tópico anterior, a união dos setores público e privado são fundamentais para a garantia dos direitos desse núcleo da sociedade. Sendo assim, embora a preocupação com a acessibilidade da criança com limitação visual tenha aumentado significativamente, ainda não podemos sequer falar em produção editorial brasileira ao falarmos em literatura infantil direcionada a portadores de deficiência visual.

#### 4.4 PROGRAMAÇÃO CULTURAL

As perguntas relacionadas a esse tópico questionaram os entrevistados a respeito da divulgação das atividades relacionadas à literatura infantil acessível ao público em questão por parte das mídias impressas e não-impressas, bem



como sobre eventos e/ou ações literárias ligadas ao público infantil deficiente visual.

O respondente B aponta que, no caso das bibliotecas públicas e escolas, as atividades frequentemente realizadas são visitas de autores e feiras de livros. O questionado cita a Bienal Internacional do Livro de São Paulo como importante fonte de divulgação da produção editorial infantil, “oferecendo atividades como sessões de autógrafos, bate-papos e palestras de autores e editores.”

Confirma-se, através das afirmações dos respondentes, que eventos como as feiras de livro são as principais formas de divulgação de um nicho editorial, contribuindo para a formação do leitor, como afirma Fonseca (2008, p.11-12):

O evento pode ser o excelente momento em que os alunos vivenciam experiências com os textos literários que os aproximem cada vez mais dos livros e que todos os outros participantes, sejam professores ou convidados, possam também compartilhar experiências de leitura.

Com o crescimento do espaço dedicado à literatura infantil nos grandes eventos literários, cresceu também a preocupação, por parte das bibliotecas públicas, em conquistar esse público. O entrevistado B relata que, no Estado de São Paulo, as bibliotecas públicas voltadas ao público infantil oferecem diversas atividades culturais como shows, teatros, exposições, contações de histórias etc. As bibliotecas destacadas pelo respondente são: Biblioteca Monteiro Lobato, Biblioteca Hans Christian Andersen, especializada na temática de contos de fadas e a Biblioteca Viriato Corrêa, especializada na temática de literatura fantástica.

O respondente D aponta os eventos realizados pela Fundação Nacional do Livro Infantil (FNLIJ) e pela Associação de Escritores e Ilustradores Infantis e Juvenis (AEILIJ). As duas fundações citadas têm como objetivo principal o incentivo à leitura. A FNLIJ destaca-se pelos projetos de leitura e concursos promovidos pela instituição (FNLIJ, 2011, documento eletrônico). As duas fundações citadas têm como objetivo principal o incentivo à leitura. Observa-se a importância de entidades governamentais e filantrópicas que trabalham

diretamente para a promoção da leitura, incluindo atividades direcionadas às PNEEs.

Quanto à divulgação e promoção das atividades destinadas a este público, o questionado A afirma que, de maneira geral, é insuficiente. Um dos motivos para tal fato é que a publicidade paga ainda é muito cara, inviabilizando a promoção de iniciativas de menor porte em veículos de telecomunicação. Se por um lado a mídia ainda constitui-se em um canal de divulgação pouco utilizado, é válido salientar que “[...] professores, educadores, bibliotecários, agentes comunitários, entre outros podem servir como canal de divulgação” (respondente D).

Observa-se que, no cenário literário brasileiro, ainda é discreta a promoção de eventos que incentivem a leitura ao público infantil com limitação visual. Em uma breve pesquisa sobre discussões acerca do tema, foram encontrados dois exemplos recentes de seminários sobre a temática em questão. São eles: *Seminário Leitura de Olhos Fechados* e *Seminário Estratégias para Compreender como Aprendem as Crianças com Deficiência Visual*. O primeiro foi realizado na cidade de Vitória da Conquista, de 22 a 24 de março do presente ano, tendo como objetivo apresentar o projeto “Leitura de Olhos Fechados”, pioneiro no Estado da Bahia, que aborda o tema da audiodescrição (ATAVI ..., 2011, documento eletrônico). O último ocorreu entre os dias 25 e 26 de novembro de 2010, e objetivava proporcionar conhecimento sobre as necessidades de aprendizagem do público com limitação visual (PORTAL ..., 2010, documento eletrônico).

Pode-se notar que a literatura infantil ainda não é um tema freqüente nos eventos destinados às crianças com limitação visual. O entrevistado C acredita que a produção para esse público será um assunto abordado com mais freqüência nos próximos simpósios de literatura infantil.

Importante ressaltar que os eventos direcionados a um segmento da literatura são os maiores responsáveis por divulgar as inovações e tendências da área. Desta forma, se constata a importância da discussão sobre o tema em eventos no qual a comunidade educacional e literária faz-se presente para atualizar-se e compartilhar experiências.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considera-se o estudo realizado de significativa importância para o desenvolvimento da área de literatura infantil destinada às PNEEs com limitação visual. Faz-se necessário relatar que se pretendia realizar a pesquisa no Instituto Santa Luzia, localizado em Porto Alegre. Tido como referência de instituição atuante na educação de crianças com limitação visual no âmbito municipal, a pesquisadora acreditou ser uma ótima oportunidade de apresentar a realidade local deste público em relação à literatura infantil. Face ao impedimento imposto pela direção do Instituto, outra proposta foi elaborada entre pesquisadora e orientadora do estudo.

Por intermédio dele pôde ser observado cinco pontos principais: a leitura, para a criança com limitação visual, deve ser apresentada de modo que vise atender suas necessidades educacionais; os livros acessíveis a este público ainda não fazem parte da realidade de muitas dessas crianças, devido principalmente, ao alto custo de sua produção; os incentivos públicos são insuficientes, sendo de grande importância iniciativas isoladas vindas de instituições filantrópicas e privadas; as feiras de livros podem ser importantes instrumentos de incentivo à leitura e inclusão, por intermédio da mesma, para as crianças com limitação visual e a temática abordada no presente trabalho ainda não é comumente discutida nos eventos destinados às PNEEs com limitação visual.

O público a que foi destinado o estudo levou a pesquisadora à realização prévia de uma busca por conceitos, autores e estudos pertinentes ao tema proposto. Constatou-se a escassez de fontes sobre o assunto, a qual levou a um questionamento: o público infantil com limitação visual é adequadamente atendido no que diz respeito à produção literária infantil?

Dois objetivos da pesquisa pretendiam verificar se o mercado editorial deste segmento está em crescimento e quais as principais editoras e coleções de literatura infantil destinadas ao público alvo do trabalho. A análise das respostas dos entrevistados confirmou o que foi levantado na internet: que a produção editorial ainda é tímida. Nenhuma editora possui grande destaque nesta área. O fato mais comum é a publicação ocasional por parte de editoras

reconhecidas no mercado editorial infantil. O maior motivo para isto se deve ao alto custo da fabricação do material. Infelizmente, o Brasil ainda desponta como um dos países no qual o livro ainda é material raro e caro. Pôde-se observar que as instituições participantes da pesquisa contribuem para o fomento deste segmento, ainda que os esforços realizados não sejam suficientes.

Configurou-se também em objetivo da pesquisa o processo de incentivo à leitura às PNEEs com limitação visual. Verificou-se, através dos relatos dos entrevistados e por pesquisa prévia feita pela pesquisadora, que a criança com este tipo de limitação possui mecanismos diferenciados de apreensão das informações. Com a falta do sentido da visão, os demais sentidos, principalmente tato e audição, tornam-se aguçados. Por isso, destaca-se a importância de livros adaptados às necessidades educacionais deste público, como o livro em Braille e o audiolivro. Entretanto, observou-se que, no cenário brasileiro, ainda existe pouco conhecimento acerca destes suportes.

Ressalta-se, também, a importância da comunidade escolar e familiar como participante do processo de incentivo à leitura, à criança com limitação visual. Neste caso, recomenda-se que as escolas realizem atividades de leitura voltadas ao público em questão, utilizando livro em Braille e audiolivro, pois elas se constituem, geralmente, a porta de entrada da criança ao universo do conhecimento. Do mesmo modo, salienta-se a função inclusiva das bibliotecas, as quais, em função da falta de recursos financeiros, ainda possuem acervos precários que impedem o suprimento de todas as necessidades informacionais dos usuários. Sugere-se que as bibliotecas busquem parcerias com o setor privado, propondo projetos que visem divulgar este público leitor, que ainda não possui a devida visibilidade.

Recomenda-se, por parte das editoras, utilizar de forma eficaz as Tecnologias de Informação (TICs), disponibilizando livros em formato digital a bibliotecas ou instituições que possam reproduzir para a escrita Braille. Por fim, que sejam realizados mais estudos nesta área, com o objetivo de ampliar a preocupação do setor editorial com este grupo de leitores potenciais. E que, desta forma, o acesso à leitura seja garantido.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
- ALMEIDA, Camila Ramos de; CRUZ, Inês Elisandra da; GRESSLER, Raquel; GRINGS, Eliane Schlemmer. A literatura infantil no meio digital. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE QUALIDADE EM EAD, 2005, São Leopoldo. **Anais eletrônicos**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Disponível em: <<http://www.ricesu.com.br/ciqead2005/trabalhos/02.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- AMERICAN Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 200?. Disponível em: <<http://www.aaidd.org>>. Acesso em: 19 out. 2010.
- AMIGOS DO LIVRO – O portal do livro no Brasil. Fundação Dorina Nowill para Cegos. 200?. Disponível em: <[http://www.amigosdolivro.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=3715](http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=3715)>. Acesso em: 31 maio 2011.
- AMIRALIAN, Maria L. T.; PINTO, Elizabeth B.; GHIRARDI, Maria I. G.; LICHTIG, Ida; MASINI, Elcie F. S.; PASQUALIN, Luiz. Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2010.
- AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de psicologia; v. 8).
- ANDRADE, Araci Isaltina de; BLATTMANN, Ursula. **Atividades de incentivo À leitura em bibliotecas escolares**: relato de um projeto. In: JORNADA NORTE/NORDESTE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2., e SEMINÁRIO NORTE/NORDESTE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 1., 1998, Recife. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/leitura.html>>. Acesso em: 18 maio 2011.
- ATAVI Brasil. **Seminário Leitura de Olhos Fechados já tem data definida**. 2011. Disponível em: <<http://atavbrasil.blogspot.com/2011/03/seminario-leitura-de-olhos-fechados-ja.html>>. Acesso em: 30 maio 2011.

BARBIER, René. Sobre o imaginário. **Em Aberto**, Brasília, DF, n. 61, p. 15-23, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/908/814>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

BIBLIOTECA Pública do Estado do Rio Grande do Sul. 2011?. Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

BIENAL DO LIVRO. 2010. Disponível em: <<http://www.bienaldolivrosp.com.br>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BITTENCOURT, Bárbara Rocha. **A hora do conto como atividade na biblioteca escolar**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/27793>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

BLATTMANN, Ursula. Visita a bibliotecas na Alemanha. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 269-294, jan./dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/428/544>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

BOLOGNA Children's Book Fair. Bologna Children's Book Fair. 2011. Disponível em: <<http://www.bolognachildrenbookfair.com/en/info>>. Acesso em: 23 maio 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v.1, n.3, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br/3\\_art5.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2010.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

BRASIL apresenta quase mil títulos na Feira do Livro de Bolonha. **Jornal do Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2011/03/28/brasil-apresenta-quase-mil-titulos-na-feira-do-livro-infantil-de-bolonha>>. Acesso em: 23 maio 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF, 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)>. Acesso em: 13 set. 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8313cons.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas portadores de deficiência. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de novembro de 2000. Dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 05 dez. 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 08 dez. 2010.

BRUM, Juliana de. A hipótese do Agenda Setting: estudos e perspectivas. **Razón y Palabra**, n. 35, out./nov. 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html#Jb>>. Acesso em: 08 out. 2010.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2010.

BUENO, S.B.; CALDIN, C.F. A aplicação da biblioterapia em crianças enfermas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, n.2, p. 147-170, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/372/446>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v.6, n.12, p. 32-44, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/36/5200>>. Acesso em: 07 out. 2010.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A oralidade e a escritura na literatura infantil: referencial teórico para a hora do conto. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n.13, p. 25-38, 2002. Disponível em: <<redalyc.uaemex.mx/pdf/147/14701304.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2011.

CARDEAL, Márcia. Imagem e invisualidade: a leitura tátil das ilustrações em relevo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: UFBA, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, 2009. Disponível em: <[http://www.anpap.org.br/2009/pdf/ceav/marcia\\_cardeal.pdf](http://www.anpap.org.br/2009/pdf/ceav/marcia_cardeal.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2010.

CARDOSO, Marilene. Reflexão sobre a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. **AEC-RS: Associação de Educação Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 85, p. 4-12, 2002.

CENTRO Cultural São Paulo. 2011?. Disponível em: <[http://www.centrocultural.sp.gov.br/biblioteca\\_louis\\_braille.asp](http://www.centrocultural.sp.gov.br/biblioteca_louis_braille.asp)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

CHAVES, Iduina Mont'Alverne. Imaginário e literatura infantil: imagens e simbolismos. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n.3, p. 513-528, set./dez 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/1612/907>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

CONSELHO Estadual de Cultura. 200?. Disponível em: <[http://www.conselhodeculturars.com.br/projetos\\_conselho.asp?idmenu=2](http://www.conselhodeculturars.com.br/projetos_conselho.asp?idmenu=2)>. Acesso em: 02 abr. 2011.



COSTA, Cristina; ROCHA, Guida; ACÚRCIO, Mónica. **A entrevista**. 2005. 23 slides. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/entrevistat2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

CUNHA, Léo. Literatura infantil e juvenil. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 53-70.

DEUTSCHE WELLE. **Ziraldos elogia qualidade gráfica dos livros na Feira de Frankfurt**. 2008. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3723373,00.html>>. Acesso em: 23 maio 2011.

DOMICIANO, Cassia Leticia Carrara; COQUET, Eduarda. Livros sem texto para crianças pré-escolares: produção e leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. **Anais eletrônicos**. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <[alb.com.br/arquivo-morto/edicoes.../anais16/sem13pdf/sm13ss15\\_02.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes.../anais16/sem13pdf/sm13ss15_02.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2011.

E-BRAILLE: Informações para leitores com deficiência visual. **Livro infantil de audiodescrição trata de diferenças**. 2011. Disponível em: <<http://www.rac.com.br/institucionais/diario-braille/2011/03/26/78903/livro-infantil-de-audiodescricao-trata-de-diferencas>>. Acesso em: 25 maio 2011.

EDINBURGH INTERNATIONAL BOOK FESTIVAL. **Families**. 2011. Disponível em: <<http://www.edbookfest.co.uk/families>>. Acesso em: 24 maio 2011.

ESTABEL, Lisandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. A inclusão social e digital das pessoas com limitação visual e o uso das tecnologias de informação e de comunicação na produção de páginas para a Internet. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p. 94-101, jan./abr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000100010&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000100010&lang=pt)>. Acesso em: 30 maio 2011.

FEIRA do Livro de Porto Alegre, 56. **56ª Feira do Livro de Porto Alegre supera expectativas**. Disponível em: <[http://www.feiradolivro-poa.com.br/noticias\\_det.php?noticia=947](http://www.feiradolivro-poa.com.br/noticias_det.php?noticia=947)>. Acesso em: 01 jun. 2011.

FERREIRA, Danielle Thiago. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.4, n.2, p. 35-47, jun. 2003. Disponível em: <[www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/1809/1651](http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/download/1809/1651)>. Acesso em: 28 maio 2011.

FONSECA, Leda Maria da. A escola e os eventos literários. In: Ministério da Educação e Cultura. **Eventos literários e formação do leitor**. 2008 (Salto para o futuro). Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/171428Eventos.pdf#page=24>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

FREIRE, Marçal Sebastião Alves. **Conteúdo programático do Curso de Publicidade e Propaganda**. 2007? 13 slides. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/4317641/leitura-analise-e-producao-textos-lp-i-ucgo>>. Acesso em: 12 set. 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. **Quem Somos**. 200?. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **A FNLIJ**. 2011. Disponível em: <<http://fnlij.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

GLOBO.COM. **Monteiro Lobato**. 200?. Disponível em: <<http://lobato.globo.com/>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

JARDIM, Mara Ferreira. Critérios para análise e seleção de textos de literatura infantil. In: SARAIVA, Juracy Assman (Org.). **Literatura e Alfabetização: do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 75-79.

LUCAS, Elaine R. de Oliveira; CALDIN, Clarice Fortkamp; SILVA, Patrícia V. Pinheiro da. Biblioterapia para crianças em idade pré-escolar: estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.3, set./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362006000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 out. 2010.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Entrevista de Juremir Machado da Silva. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.15, p. 74-82, 2001. Disponível em: <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/285/217>>. Acesso em: 16 out. 2010.

MAIS CULTURA. **O programa**. 2009. Disponível em:  
<<http://mais.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 18 maio 2011.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: [s.n.], 1989.

MENEZES, Nelijane C.; FRANKLIN, Sérgio. Audiolivro: uma importante contribuição tecnológica para os deficientes visuais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.3, p. 58-72, dez. 2008. Disponível em:  
<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3213/2337>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em:  
<<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, 2º sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

NOLLA, Gabriel Comes. **Lectura y libros para niños especiales**. Barcelona: Ceac, 1992. (Coleção Educación y enseñanza).

NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. **Deficiência visual**. 200?. Disponível em:  
<[http://www.pucminas.br/nai/dicas\\_visual\\_conceito.php](http://www.pucminas.br/nai/dicas_visual_conceito.php)>. Acesso em: 07 dez. 2010.

OLWEUS, Dan. **Bullying at school: what we know and what we can do**. Oxford: Blackwell Publishers, 1993. Disponível em:  
<[http://books.google.com.br/books?id=4qNLY13mkDEC&printsec=frontcover&dq=bullying+at+school+dan+olweus&hl=pt-PT&ei=GeSXTM6oPMH98Aaxnr2WDA&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=4qNLY13mkDEC&printsec=frontcover&dq=bullying+at+school+dan+olweus&hl=pt-PT&ei=GeSXTM6oPMH98Aaxnr2WDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 22 set. 2010.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n.2, p. 65-73, 1994. Disponível em:  
<[http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista2numero1pdf/r2\\_art06.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista2numero1pdf/r2_art06.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto da Unesco**: biblioteca pública. 1994. Disponível em: <<http://www.bpp.pr.gov.br/arquivos/File/manifestodaunesco.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

PASSERINO, Liliansa Maria; SANTAROSA, Lucila M. C. Edukito: propiciando a inclusão digital de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre:UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo3/af/36-edukito.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. A biblioterapia e leitura crítica para a formação da cidadania com os alunos do Instituto dos Cegos da Paraíba "Adalgisa Cunha". In: CONGRESSO BRASILEIRO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Proceedings...** Porto Alegre: PUCRS, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000779/01/T128.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2011.

POCINHO, Margarida. Superdotação: conceitos e modelos de diagnóstico e intervenção psicoeducativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p. 3-14, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n1/02.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

PORTAL Nacional de Tecnologia Assistiva. Seminário "Estratégias para compreender como aprendem as crianças com deficiência visual". 2010. Disponível em: <<http://www.assistiva.org.br/evento/seminario-estrategias-para-compreender-como-aprendem-criancas-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 30 maio 2011.

PRETO, Vivian de Oliveira. **Adaptação de livros de literatura infantil para alunos com deficiência visual**. 2009. 237 f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2009. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/preto\\_vo\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/preto_vo_me_mar.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2010.

PROJETO LIVRO FALADO. **Ações**. 200?. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/projeto.html>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar**

**trabalhos monográficos em contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

REGIS, Maria Cláudia A. Santana. **Categorias literárias, programas de áudio para o incentivo à leitura de deficientes visuais:** um olhar transdisciplinar. 2009. 138 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://futuro.usp.br/SmarcUpdater/TMP\\_UPLOAD/files/publicacoes/19B7DE00918B63D44649C2FC6765C59B.PDF](http://futuro.usp.br/SmarcUpdater/TMP_UPLOAD/files/publicacoes/19B7DE00918B63D44649C2FC6765C59B.PDF)>. Acesso em: 02 abr. 2011.

ROSA, Fabiano Souto. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p. 58-64, 2006. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/asustecnologia/literatura-surda-imagens-textos>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

SAL E LUZ: audioteca. **A audioteca.** 200?. Disponível em: <<http://audioteca.org.br/index.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

SCHWARTZ, Lita Linzer. **The exceptional child:** a primer. Belmont: The Pennsylvania State University, 1975.

SILVA, Ana Carolina Martins da; RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker. **Práticas leitoras para uma cibercivilização.** Passo Fundo: UPF, 1999. (Mundo da leitura, v.1).

SILVA, Ariana Lourenço da. Literatura infantil: qual a sua contribuição para o desenvolvimento da leitura nas séries iniciais? **Soletras**, Rio de Janeiro, n.16, p. 32-39, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/16/literatura%20infantil%20qual%20a%20sua%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

SILVA, M. E. da; FACHIN, G. R. B. Leitura para portadores de deficiência com necessidades especiais: relato de uma experiência. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, n.1, p.148-156, 2002.

SOUZA, Cleidson. **Observação participativa e não-participativa.** 2007. 10 slides. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/cdesouza/teaching/methods/3-observation.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

SOUZA, Sônia Margareth de. **Fontes de incentivo à cultura e sua utilização por bibliotecas públicas municipais da mesorregião metropolitana de Porto Alegre**. 2010. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em:  
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27811/000766974.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

UNIVERSIDADE Falada. **A empresa**. 200?. Disponível em:  
<<http://www.universidadefalada.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Página de Érico Veríssimo**. 200?. Disponível em: <<http://minerva.ufpel.edu.br/~felipezs/html/obras.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

VILLARDI, Marina Lemos. **O imaginário infantil no âmbito escolar**. 2007. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007. Disponível em:  
<<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Lemos%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2010.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988.

WIKIPEDIA. **Feira do Livro de Frankfurt**. 2010. Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira\\_do\\_Livro\\_de\\_Frankfurt](http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_do_Livro_de_Frankfurt)>. Acesso em: 02 jun. 2011.

## APÊNDICE A – Entrevista

Entrevistado(a):

Instituição:

Cargo:

1. Um dos primeiros contatos que a criança tem com a leitura é através da literatura. No seu entender, que sentimentos e emoções o mundo dos livros pode provocar em uma criança portadora de deficiência, em especial deficientes visuais?
2. É possível deduzir que este contato do deficiente visual com a leitura possa propiciar maior interação entre o meio e o aluno? Por quê?
3. “A criança cega não se apropria das informações da mesma forma que uma criança vidente. Ela tenta compensar sua deficiência utilizando os outros sentidos e a linguagem oral.” No seu entender, esta afirmativa é correta? Se sim, que sentidos seriam os mais utilizados? Se não, como justifica sua não concordância?
4. A biblioterapia é considerada um tratamento terapêutico através da leitura, especialmente utilizado em problemas mentais ou psicológicos. O Sr.(a.) entende que o uso desta técnica poderia ser um diferencial para o incentivo à leitura de deficientes visuais? Já teve alguma experiência neste sentido?
5. Sendo a leitura um aspecto muito importante para a educação e o ensino, no seu entender, como se dá o processo de incentivo à leitura para este público?
6. A Lei de Incentivo à Cultura (LIC) é de seu conhecimento? Se sim, qual sua opinião sobre sua eficácia.
7. Em relação a esses dois formatos – Braille e audiolivros – em sua opinião, o Brasil tem uma produção adequada às necessidades ou deveria haver um incentivo ao aumento da produção deste material? Justifique sua resposta.
8. Monteiro Lobato, em nosso País, destacou-se como pioneiro na criação de histórias direcionadas a crianças. Com o tempo, congregaram-se novos autores, histórias e modos de contar a mesma história. A indústria editorial brasileira tem incorporado livros destes autores à coleção infantil para deficientes visuais ou os autores deste tipo de livros não costumam ser os mesmos?
9. No seu entender, quais tipos/gêneros de histórias e/ou coleções infantis são mais direcionadas a este público deficiente visual?

10. É possível perceber se este público está crescendo e se o mercado editorial está acompanhando este crescimento?

11. Na sua visão, os meios de comunicação, mídias impressas e não-impressas, vêm divulgando de forma satisfatória as atividades relacionadas à literatura infantil e incentivado à leitura neste tipo de público?

12. Atualmente, pode-se dizer que essa divulgação tem tido aumento ou decréscimo?

13. Nos últimos anos, a literatura infantil tem conquistado espaço em grandes eventos destinados à leitura, como a Bienal do Livro, a Feira do Livro de Porto Alegre, a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). O sr(a). tem conhecimento de eventos sistemáticos e/ou ocasionais relacionados à literatura infantil e/ou a leitura, visando este público?

14. Conhece ou tem notícias de outros eventos (além das feiras de livros) destinados a este tipo de público que, no seu entender, possam funcionar como um canal para abordar questões pertinentes à literatura infantil e à leitura? Quais seriam eles?